BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitem com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no quarto trimestre, o cenário internacional foi marcado por acontecimentos que inicialmente abrandaram receios quanto à possibilidade do surgimento de conflitos importantes tanto no fronte geopolítico - não escalada de tensão no Oriente Médio na esteira do ataque feito às instalações sauditas de refino de petróleo - quanto no campo econômico - abrandamento da disputa comercial entre China e EUA, e obtenção do aval para a continuidade das negociações de um acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia. Diante disto, observou-se melhora nas condições financeiras internacionais, com preços dos ativos financeiros apresentando elevação no período frente aos níveis observados no trimestre anterior. Contudo, na esteira do bombardeio norte-americano em solo iraquiano no início de 2020, que resultou na morte de um general iraniano e na consequente retaliação por parte daquele país a bases militares do EUA no Iraque, o Banco ressalta que as questões geopolíticas poderão, eventualmente, pressionar a dinâmica dos preços dos ativos ao longo de 2020.

No país, em conjunto com a continuidade do avanço das discussões sobre reformas estruturais importantes - a reforma do sistema previdenciário brasileiro foi promulgada, e avançou o debate sobre novas medidas que aprofundem o controle de gastos públicos e de mudanças tributárias - o Banco observou melhora nos indicadores de atividade econômica, aparentemente, na esteira da medida de estímulo à economia calcada na liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, a revisão dos dados históricos do PIB mostrou resultados mais robustos do que anteriormente previsto e revelou aceleração do ritmo no terceiro trimestre. Previamente, a taxa de crescimento estimada para a economia brasileira era de contração de 0,1% no primeiro trimestre e expansão de 0,4% no segundo trimestre - ambos frente ao trimestre imediatamente anterior e já descontadas as influências sazonais de cada período. Estes resultados foram revistos para estabilidade no primeiro trimestre e expansão de 0,5% no segundo trimestre. Ademais, o resultado do terceiro trimestre apontou expansão de 0,6% nos mesmos termos anteriores, o que deixou os agentes econômicos mais confiantes com a possiblidade de a economia brasileira ter registrado crescimento superior a 1,0% no ano de 2019 como um todo. O Santander compartilha desta visão e estima que o PIB brasileiro tenha crescido 1,2% em 2019 frente a 2018, e projeta que a economia deverá acelerar gradualmente seu ritmo de crescimento e registrar expansão de 2,3% em 2020.

Ao final, na visão do Santander, a combinação das situações internacional e doméstica acabou sendo favorável aos preços dos ativos no quarto trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar inferior ao observado no final do terceiro trimestre - R$4,03/US$ versus R$4,16/US$. Ademais, o Banco testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Bovespa tendo avançado para o nível de 115.645,3 pontos frente aos 104.745,3 pontos na mesma comparação anterior - reforçando a percepção de que os desdobramentos do ambiente doméstico darão suporte a uma melhora no desempenho econômico à frente.

Mais ainda, o Santander entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito *Standard & Poor's* alterou sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, com possibilidade de melhora desta colocação. Assim, enquanto o Banco observou o *credit default swap* para o prazo de 5 anos encerrar o terceiro trimestre em 136,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou dezembro no patamar de 99,5 pontos base - o mais baixo encerramento de trimestre desde junho de 2007. Isto é, ainda que o Banco reconheça a influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, o Santander entende que os acontecimentos domésticos poderão conter pressões sobre a taxa de câmbio e leva-la a encerrar o ano de 2020 no patamar de R$4,00/US$.

Por fim, o Banco também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no quarto trimestre é outra evidência que dá suporte a esta visão de que o país passa atualmente por mudanças estruturais que possibilitarão voltar a crescer mais aceleradamente e sem pressões inflacionárias. Aliás, como as expectativas de inflação dos agentes econômicos para os próximos anos mantiveram-se ancoradas às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a autoridade monetária nacional não apenas reduziu a meta da taxa Selic de 5,50% a.a. para 4,50% a.a., como apontou haver ainda espaço para eventuais novas reduções - caso este ambiente inflacionário bastante propício se concretize. Neste sentido, dado que a projeção do Santander para a inflação em 2020 - 3,4% - indica resultado bem abaixo do objetivo estabelecido para este mesmo ano - 4,00% - o Banco projeta que a taxa Selic possa atingir o nível mínimo histórico de 4,00% a.a. no primeiro trimestre de 2020 e permanecer neste patamar ao longo do ano.

2) Desempenho

2.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	82.740,4	79.322,1	4,3	15.188,0	28.971,8	-47,6
Despesas da Intermediação Financeira	(51.759,7)	(52.383,2)	-1,2	(7.639,1)	(22.590,4)	-66,2
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	**30.980,7**	**26.938,9**	**15,0**	**7.548,9**	**6.381,4**	**18,3**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (b)	(14.218,8)	(12.233,8)	16,2	(5.055,6)	(3.492,2)	44,8
Resultado Operacional	**16.761,9**	**14.705,1**	**14,0**	**2.493,3**	**2.889,2**	**-13,7**
Resultado não Operacional	8,5	193,1	-95,6	101,0	18,9	434,3
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**16.770,4**	**14.898,1**	**12,6**	**2.594,3**	**2.908,1**	**-10,8**
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(462,1)	(735,2)	-37,1	1.615,3	1.259,0	28,3
Participações no Lucro	(1.734,9)	(1.612,0)	7,6	(339,7)	(469,9)	-27,7
Participações dos Acionistas Minoritários	(392,4)	(384,8)	2,0	(121,8)	(89,4)	36,3
Lucro Líquido Societário	**14.181,0**	**12.166,1**	**16,6**	**3.748,1**	**3.607,8**	**3,9**

Para melhor compreensão dos resultados em BRGAAP, abaixo estão apresentados o Resultado Bruto da Intermediação Financeira e Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando o efeito do *hedge:*

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA AJUSTADO (R$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**30.980,7**	**26.938,9**	**15,0**	**7.548,9**	**6.381,4**	**18,3**
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	1.512,3	(12.540,9)	-112,1	(2.013,6)	4.080,4	-149,3
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(2.776,6)	5.611,8	-149,5	3.218,2	(6.961,9)	-146,2
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado	**29.716,4**	**20.009,8**	**48,5**	**3.872,9**	**9.160,8**	**(57,7)**

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (R$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(462,1)**	**(735,2)**	**-37,1**	**1.615,3**	**1.259,0**	**28,3**
IR/CSLL *(hedge)*	(1.370,8)	(5.611,8)	-75,6	1.040,9	(2.779,4)	-137,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustado [1]	**(1.832,9)**	**(6.347,0)**	**(71,1)**	**2.656,2**	**(1.520,4)**	**(274,7)**

[1] A variação, após os efeitos do *hedge*, refere-se, principalmente, ao maior volume de Juros sobre o Capital Próprio deliberado e pela mudança na alíquota da CSLL de 15% para 20%.

a) *Hedge* Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), considerando a variação cambial positiva de 4,02% e 2,06% para Dólar e Euro, respectivamente (2018 - 18,80% e 14,29%), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN E LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	1.512,3	6.673,5	-77,3	(2.013,6)	4.080,4	-149,3
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(2.776,6)	(12.540,9)	-77,9	3.218,2	(6.961,9)	-146,2
IR/CSLL	1.370,8	5.611,8	-75,6	(1.040,9)	2.779,4	-137,5
PIS/Cofins - Despesas tributárias	(106,5)	255,5	-141,7	(163,7)	102,2	-260,2

b) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias - Destaque para: (a) Serviços de Conta Corrente, com aumento de 14,8% em relação ao exercício anterior, influenciado pelo crescimento da base de clientes ativos e maior vinculação; (b) Comissões de Seguros, com aumento de 11,5% em relação ao exercício anterior, influenciada pela boa evolução da carteira de crédito; e (c) Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem, com aumento de 35,4% em relação ao exercício anterior, devido à maior atividade com mercado de capitais.

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias (R$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Administração de Recursos	1.085,9	1.003,3	8,2	278,3	291,3	-4,5
Serviços de Conta Corrente	3.857,1	3.360,2	14,8	1.001,3	995,1	0,6
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.379,3	1.407,9	-2,0	363,2	350,4	3,6
Operações de Crédito	834,5	803,4	3,9	231,4	212,3	9,0
Rendas de Garantias Prestadas	544,7	604,5	-9,9	131,8	138,2	-4,6
Comissões de Seguros	3.118,3	2.797,5	11,5	832,9	771,2	8,0
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	6.118,4	5.771,5	6,0	1.570,0	1.462,0	7,4
Cobrança e Arrecadações	1.514,6	1.519,0	-0,3	380,8	381,2	-0,1
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	982,1	725,3	35,4	68,4	317,2	-78,4
Outras	628,8	700,6	-10,3	168,5	181,9	-7,4
Total	**18.684,5**	**17.285,3**	**8,1**	**4.663,4**	**4.750,2**	**-1,8**

Despesas Gerais - O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal e participações nos lucros, outras despesas administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio, apresentou aumento de 4,4%, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro, aumentaram 1,4% e as outras despesas administrativas, aumentaram 7,0%. As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, os maiores gastos com serviços técnicos especializados e de terceiros, sendo grande parte direcionada para a contratação de serviços de tecnologia. Além disso, registrou um aumento nas despesas com propaganda, promoções e publicidade decorrentes de maior intensidade em ações comerciais sobretudo no quarto trimestre de 2019. As variações em despesas pessoais podem ser atribuídas ao crescimento da linha de benefícios e aos maiores gastos com remuneração, alinhados a meritocracia e desempenho dos negócios.

Despesas Gerais (R$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(9.496,2)	(9.365,4)	1,4	(2.448,9)	(2.416,2)	1,4
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(11.775,1)	(11.006,2)	7,0	(3.261,7)	(2.828,3)	15,3
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	**(21.271,3)**	**(20.371,6)**	**4,4**	**(5.710,6)**	**(5.244,6)**	**8,9**

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	844.294,7	794.664,0	6,2
Permanente	13.248,4	11.155,3	18,8
TOTAL DO ATIVO	**857.543,1**	**805.819,3**	**6,4**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	785.789,3	738.178,6	6,4
Resultados de Exercícios Futuros	285,2	337,0	-15,4
Participação dos Acionistas Minoritários	1.695,4	2.069,9	-18,1
Patrimônio Líquido	69.773,2	65.233,7	7,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**857.543,1**	**805.819,3**	**6,4**

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Carteira de Crédito	352.027,9	305.259,7	15,3
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos [1]	193.454,7	194.464,7	-0,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	43.367,5	56.812,2	-23,7
Relações Interfinanceiras	89.265,0	92.442,6	-3,4

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Pessoa Física [1]	155.337,8	132.564,9	17,2
Financiamento ao Consumo	58.231,0	50.066,4	16,3
Pessoa Física [1]	50.671,1	43.785,4	15,7
Pessoa Jurídica	7.559,9	6.281,0	20,4
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	41.261,7	35.770,0	15,4
Grandes Empresas	97.197,3	86.858,4	11,9
Total Carteira de Crédito	**352.027,9**	**305.259,7**	**15,3**
Outras Operações com Riscos de Crédito	80.505,1	81.476,1	-1,2
Total Carteira ampliada (bruta)	**432.533,0**	**386.735,8**	**11,8**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa [2]	(21.408,1)	(18.789,1)	13,9
Total Carteira de Crédito (líquida)	**411.124,9**	**367.946,7**	**11,7**

[1] Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R$206.009,0 em 31 de dezembro de 2019 (31/12/2018 - R$176.350,3).

[2] Adicional à provisão para empréstimos, também inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de adquirência e avais e fianças.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais destaques foram os segmentos: (a) Pessoa Física, com aumento de 17,2%, comparado a 31 de dezembro de 2018, influenciado, principalmente, pelo crescimento dos produtos de crédito consignado, cartão de crédito e crédito imobiliário; e (b) Financiamento ao Consumo, com aumento de 16,3% comparado a 31 de dezembro de 2018, O crescimento da carteira é resultado da busca contínua pela qualidade no atendimento em conjunto com soluções inovadoras que foram implementados ao longo do exercício.

Além disso, o desempenho segue suportado pela plataforma +Negócios, que atua no segmento de veículos e oferece melhor experiências durante toda a jornada do cliente.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 2,9% do total da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2019, 0,2 p.p. abaixo, comparado a 31 de Dezembro de 2018 (3,1%). Os índices estão em patamares controlados decorrente da gestão preventiva e modelos assertivos de riscos do Banco Santander.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,1% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2019, 6,2% em 31 de dezembro de 2018.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício de 2019 e de 2018, foi de R$13.447,7 milhões e R$10.476,4 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 28,4%.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Depósitos à vista	29.107,5	18.831,6	54,6
Depósitos de poupança	49.039,9	46.068,3	6,5
Depósitos a prazo	190.344,5	184.098,3	3,1
Debêntures/LCI/LCA/LIG [1]	50.635,2	46.366,1	9,2
Letras Financeiras/COE	34.526,5	36.889,3	-6,4
Total das Captações	**353.653,6**	**332.253,6**	**6,3**

[1] Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

As captações de clientes totalizaram R$353.654 milhões em 31 de dezembro de 2019, com crescimento de 6,4% em doze meses (ou R$21.400 milhões), influenciadas principalmente pela expressiva expansão de 54,6% em depósitos à vista, em função de algumas operações pontuais no exercício, e pelo crescimento de 3,4% em depósito a prazo.

2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares norte-americanos, no valor de US$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente à emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - em Milhões	Dez-19		Dez-18	
Características Específicas	**Nível I**	**Nível II**	**Nível I [1]**	**Nível II [1]**
Emissão	nov/18	nov/18	jan/14	jan/14
Principal	US$1.250	US$1.250	R$3.000	R$3.000
Taxa de Juros [2]	7,250%	6,125%	7,375%	6,000%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov/28	Sem Prazo (Perpétuo)	jan/24
Valor Contábil	R$5.092	R$5.083	R$4.895	R$4.887
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014	semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014

[1] Notes recompradas, conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.

[2] As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor. Dessa forma, a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US$150 mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.6) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander, referente à participação do controlador, no montante de R$69.773,2, apresentou aumento de 7,0% em comparação a 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 65.233,7.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R$2.023,4 milhões, pelo lucro líquido do período no montante de R$14.181,0 milhões, reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$4.010 milhões e Dividendos no montante de R$6.790 milhões e R$679 milhões negativos de Plano de Benefícios a Funcionários.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 05 de novembro de 2019, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.256.072 Units, representativas de 37.256.072 ações ordinárias e 37.256.072 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2019, o Banco Santander possuía 15.843.587 ações ordinárias e 15.843.587 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 5 de novembro de 2019, encerrando-se em 04 de novembro de 2020.

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	dez-19 Quantidade *Units*	dez-18 Quantidade *Units*
Ações em Tesouraria no Início do período	**13.317**	**1.773**
Aquisições de Ações	6.465	15.816
Alienações - Remuneração Referenciada em Ações	(3.080)	(4.272)
Ações em Tesouraria no Final do período	**16.702**	**13.317**
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$ 679.364	R$ 460.550
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$ 1.771	R$ 882
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$ 681.135**	**R$ 461.432**
Custo/Cotação da Ação	**Units**	**Units**
Custo mínimo	R$7,55	R$7,55
Custo Médio Ponderado	R$32,10	R$28,59
Custo Máximo	R$49,55	R$43,84
Cotação da Ação	R$42,60	R$42,70

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, houve destaque de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R$ Milhões)	dez-19	dez-18
Juros sobre o Capital Próprio	4.010,0	4.080,0
Dividendos Intercalares	6.790,0	2.520,0
Total	**10.800,0**	**6.600,0**

2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2018 foi de 11,0%, composto de 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,375% e o Capital Principal Mínimo para 6,875%.

Para o ano base 2019, a exigência de PR é de 10,5% (desde janeiro de 2019), incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,5% e o Capital Principal Mínimo 7,0%. O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-19	dez-18
Patrimônio de Referência Nível I	66.481,7	61.476,7
Capital Principal	61.389,5	56.581,5
Capital Complementar	5.092,2	4.895,2
Patrimônio de Referência Nível II	5.083,8	4.887,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**71.565,5**	**66.363,9**
Risco de Crédito	407.786,2	358.955,6
Risco de Mercado	20.235,2	39.231,8
Risco Operacional	47.965,5	42.375,6
Total de RWA	**475.986,9**	440.562,9
Índice de Basileia Nível I	**13,97**	**13,95**
Índice de Basileia Capital Principal	**12,90**	**12,84**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**15,04**	**15,06**

2.8) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, das principais controladas diretas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito [1]	Participação %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	46.460,3	937,5	608,8	43.858,2	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	26.570,9	2.611,8	585,4	0,0	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.076,5	5.762,8	47,0	2.111,8	99,99%
Banco Bandepe S.A.	15.504,0	5.277,6	242,1	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.850,3	3.547,1	(10,9)	671,4	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	5.028,8	3.002,2	446,9	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.103,0	646,4	98,3	0,0	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	1.359,0	1.340,6	25,6	0,0	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	14.697,6	1.543,8	510,3	14.504,9	60,00%
Banco RCI Brasil S.A.	12.543,6	1.314,8	258,0	10.318,4	39,89%

[1] inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima não contemplam a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Plano de Benefício Pós-Emprego

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós-Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós-Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

3.2) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade *offshore* que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.3) Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (*holding* cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições suspensivas usuais nesse tipo de transação.

b) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual"), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. ("Return Capital") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.

c) Incorporação de parcela cindida da Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integry Tecnologia e Serviços AHU Ltda. ("Integry"), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A ("Getnet"), com versão da parcela cindida de seu patrimônio, referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. ("SMPS Global"), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Integry, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integry. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integry teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

d) Transferência de controle do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. e da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária detida no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Olé") e na Super Pagamentos e Administ

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Imobiliário: nesse ano, o Banco reforçou seu posicionamento no produto por meio de condições atrativas e inovadoras para os clientes. Além disso, realizou campanha com uma grande varejista para premiar geladeiras e ofereceu carência nas seis primeiras parcelas do financiamento imobiliário e taxas competitivas. Essas iniciativas colaboraram para o aumento da produção cuja participação de mercado no segmento pessoa física atingiu 11,1% (Fonte: Banco Central, data-base novembro/19), crescimento de 2,9 p.p. YoY.
- Cartões: o faturamento total no 4T19 cresceu 13,7% YoY e a participação de mercado do Banco em carteira de crédito alcançou 12,8% (Fonte: Banco Central, data-base novembro/19). No trimestre, o Banco realizou diversas campanhas de incentivo como a Promoção Lance de Campeão que, além de prêmios instantâneos, levará o ganhador para a final da UEFA *Champions League*. Clientes correntistas que adquiriram um cartão bem como clientes do *AAdvantage*® também tiveram acesso a condições atrativas. Em 2019 o Banco Santander realizou importantes avanços no Way para fortalecê-lo como a sua plataforma estratégica de pagamento. Como resultado, o Banco Santander atingiu aproximadamente 6,5 milhões de usuários ativos e aproximadamente 57 milhões de visitas/mês.

Agro

O agronegócio permanece como uma das frentes de expansão para o interior do país, em regiões estratégicas onde o Banco não tem presença. O Banco Santander encerra o ano de 2019 com 34 lojas Agro. Assim, o Banco expande a base de clientes e a carteira de crédito. No Banco Santander a participação de mercado em emissões de LCA alcançou 96% (Fonte: CETIP/B3, dezembro/19).

Getnet

Nesse ano, diante de um cenário mais competitivo, o Banco Santander direcionou suas estratégias para o crescimento com rentabilidade. Sendo assim, a empresa preserva seus resultados, com melhor eficiência e apresenta o menor custo (Baseado nas empresas que divulgam seus resultados) por transação da indústria. No âmbito de negócios, a Getnet foi a empresa com maior crescimento de base ativa no 2T19 e 3T19 e encerrou o ano com mais de 755 mil clientes ativos, alta de 30% em doze meses, enquanto a base de POS instalados alcançou 1,4 milhões pelo país. Esse desempenho foi suportado por ofertas diferenciadas como a taxa única para operações de débito e crédito à vista. Além disso, a Getnet foi pioneira no setor no lançamento da portabilidade e também do POS digital. O e-commerce segue aumentando a relevância nos seus negócios, com significativo aumento no faturamento. A participação de mercado da Getnet atingiu 11,3% no final do 3T19 (Fonte: ABECS - Monitor Bandeiras data-base 3T19, novo critério).

PMEs

Em 2019 o Banco Santander desenvolveu iniciativas para fortalecer o atendimento como, por exemplo, a criação do segmento para microempreendedores individuais, considerando a necessidade dessas empresas. Em termos de oferta para as pequenas empresas, o Banco Santander foi pioneiro e lançou o Santander Duo, modelo de atendimento que concentra a conta pessoal e a conta jurídica em um único gerente e em uma única tarifa. Para empresas de médio porte o Banco Santander expandiu as Agências Polo e Núcleos que prestam assessoria especializada. Além disso, foi criado o Núcleo Empresas Tech SP que inclui uma equipe comercial e de riscos especializadas em empresas do setor de tecnologia.

Fortalecimento dos negócios líderes

Santander Financiamentos: o Banco Santander segue líder no setor, com participação de mercado de 25,8% (Fonte: Banco Central, data-base novembro/19 - Veículos PF) em pessoa física. Essa evolução é sustentada por ofertas inovadoras, parcerias e qualidade do atendimento comercial. O Banco Iniciou no último trimestre as operações da Santander Auto (seguro de carro 100% digital) que estabelecerá para o cliente uma forma mais simples de contratar e utilizar o seguro, com ofertas atrativas.

Webmotors: ao longo do ano a Webmotors reforçou a oferta integrada em conjunto com a Santander Financiamentos e o Banco. Uma das ferramentas que viabiliza essa estratégia é o *Cockpit*, que foi implementada para 100% da base do Banco Santander de lojistas. Essa plataforma auxilia o cliente no dia a dia, potencializando as vendas enquanto reúne todas as soluções do Santander em um só lugar.

A Santander *Corporate & Investment Banking* (SCIB) líder em:

- Assessoria financeira de financiamento e leilão de concessão e em estruturação de financiamento pela Anbima (Assessoria Financeira - líder desde 2008, ANBIMA 2018).
- Assessoria financeira e MLA, no Brasil e América Latina, em quantidade de deals e M&A no Brasil pela Dealogic (data-base 3T19).
- No mercado de câmbio de acordo com o Banco Central do Brasil (acumulado entre janeiro e novembro de 2019).

Black Week, vem que volta

Na edição de 2019, além de do Banco Santander ofertar mais de 10 soluções financeiras do Banco, o cliente recebeu um voucher com condições especiais para serem utilizados em empresas parceiras. No período da campanha, a média de visitas por dia no portal do Banco registrou crescimento de 27% em relação ao mesmo período sem campanha. O Banco Santander apresentou incremento significativo de produção nos canais em diversos produtos, com destaque para consórcio e financiamento de veículos.

Histórias de crescimento

- Ben: empresa com atuação no setor de benefícios, implementou ao longo do ano os vales alimentação, refeição e transporte. Como resultado, o Banco já vê bons indicadores de evolução como 220 mil estabelecimentos comerciais credenciados e aproximadamente 100 mil cartões emitidos
- Pi: a plataforma do Banco Santander digital de investimentos, continua ampliando o portfólio de produtos e já possui uma oferta de 198 produtos de renda fixa e 310 fundos de investimento. Além disso, o Banco iniciou a distribuição de tesouro direto.
- emDia: plataforma digital de renegociação de dívida para pessoa física, inicialmente focada em clientes oriundos das empresas varejistas e empresas com clientes de rendas massivas.
- Sim: plataforma digital que facilita o acesso ao crédito pessoal com ofertas personalizadas, incluindo opção de garantias, como motos, e a possibilidade de pagamento parcelado de faturas e boletos com taxas atrativas.

Sustentabilidade

- Prospera microcrédito contribui para a inclusão financeira no país e é uma importante ferramenta para o Banco Santander alcançar esse público. Em 2019, o Banco aumentou significativamente sua força comercial, que somada a uma comunicação clara e lojas especializadas, possibilitaram atingir R$ 1,2 bilhões de carteira de credito no final de dezembro de 2019, crescimento de 82% em doze meses. Em base de clientes, o Banco alcançou mais de 510 mil no mesmo período. Como resultado, entre os Bancos privados, o Banco Santander segue líder nesse produto.
- No segmento Universidades, uma das principais frentes de aquisição de novos clientes, o Banco possui além da solução financeira uma oferta não financeira baseada em formação, emprego e empreendedorismo. Adicionalmente, o Banco Santander concede mais de 20,7 mil bolsas de estudo no país desde 2015.
- O Banco assumiu o compromisso de consumir 100% de energia renovável em suas operações até 2025. Nesse sentido, encerra 2019 com 24% de sua energia sendo proveniente desse tipo de fonte.
- No âmbito de negócios sócio ambientais o Banco Santander viabilizou (desde o 3T19 está utilizando o conceito total de negócios sócio ambientais viabilizados, que contempla os desembolsos do Prospera Santander, agronegócio sustentável, infraestrutura, energia renovável, financiamento estudantil (graduação medicina), outros negócios socioambientais e as emissões de Green Bonds) mais de R$15,9 bilhões no ano.
- O Banco Santander foi reconhecido como o Banco número 1 entre as empresas que mudam o mundo, de acordo com a Revista Fortune
- O Banco Santander foi eleito a empresa mais sustentável do setor financeiro, segundo a edição 2019 do Guia Exame de Sustentabilidade

Vinculação dos clientes

O Banco Santander segue aprimorando seu atendimento, com foco em ser o melhor Banco em satisfação do cliente. O indicador NPS (Net Promoter Score), que é uma das ferramentas de gestão para medir a satisfação, se mantém em patamar elevado atingindo 56 pontos nesse trimestre.

A base de clientes continua com sólida expansão a qual o Banco destaca um crescimento de 55 meses consecutivos e aumento em todas as categorias.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's e Moody's:*

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's[1] (perspectiva)	**BB-** (positiva)	**B**	**BB-** (positiva)	**B**	**brAAA** (positiva)	**brA-1+**
Moody's[2] (perspectiva)	**Ba1** (estável)	**NP**	**Ba3** (estável)	**NP**	**Aaa.br**	**Br-1**

[1] Última atualização em 12 de dezembro de 2019. [2] Última atualização em 14 de agosto de 2019.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, aprovar a exoneração do Sr. José de Paiva Ferreira do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior e a recondução do Sr. Ede Ilson Viani de seu cargo de Diretor sem designação especifica para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo.

Em 27 de dezembro de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$1.010 milhões e dividendos no montante de R$6.790 milhões, para pagamento a partir de 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 01 de novembro de 2019, aprovar o novo programa de recompra de Units representando, cada uma, 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de emissão da Companhia, ou ADRs, pelo Banco Santander ou por sua agência em Cayman; para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 31 de outubro de 2019, aprovar a exoneração do Sr. Sérgio Gonçalves ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 29 de outubro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Em 30 de setembro de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 23 de setembro de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Rodrigo Cury ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 28 de agosto de 2019, aprovar a reeleição da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes para a função de Ouvidora.

Em 23 de agosto de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Alexandre Grossmann Zancani ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 06 de agosto de 2019, aprovar a exoneração do Sr. Nilton Sérgio Silveira Carvalho ao cargo de Diretor sem designação específica, bem como aprovar a eleição da Sra. Marilia Artimonte Rocca para a função de Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade.

Em 22 de julho de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de junho de 2019.

Em 17 de julho de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Leopoldo Martinez Cruz ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 02 de julho de 2019, aprovar a eleição da Sra. Ana Paula Vitali Janes Vescovi como Diretora sem designação específica.

Em 28 de junho de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de maio de 2019, eleger os membros do Comitê de Auditoria, para mandato de 1 ano, o qual se estenderá até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, os membros do Comitê de Riscos e Compliance, do Comitê de Sustentabilidade, do Comitê de Nomeação e Governança e do Comitê de Remuneração para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 03 de maio de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Marcelo Malanga, Diretor sem designação específica do Banco Santander; e eleger os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander para um novo mandato, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 30 de abril de 2019, aprovar o Relatório Anual de Auditoria Interna referente ao exercício de 2018 em atendimento a Resolução CMN n°4588.

Em 30 de abril de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 31 de março de 2019.

Em 27 de março de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 29 de abril de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de março de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Fernando Carvalho Botelho de Miranda ao cargo de Diretor sem designação específica, bem como aprovar a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria Executiva, como Diretores sem designação específica: Sr. Daniel Fantoni Assa; Sra. Elita Vechin Pastorelo Ariaz; Sr. Franco Luigi Fasoli; Sr. Jean Paulo Kambourakis e Sr. Roberto Alexandre Borges Fischetti.

Em 20 de março de 2019, aprovar o Formulário 20-F do Banco Santander referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 25 de fevereiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 29 de janeiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN n°4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Apetite por Riscos (*RAS - Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 36 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2019.

8) Pessoas

As pessoas são elemento essencial na Organização. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 47.819 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento dessas pessoas, a Academia Corporativa - a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma online e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBT+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos, que esse ano chegou à sua 2ª edição. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que foram realizadas anualmente e que trouxe excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 91% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os *stakeholders*.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso eficiente e estratégico do Capital Natural, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão de futuro do Banco, por meio desses pilares é apoiar a sociedade brasileira na sua transformação para o Brasil do Século XXI, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Dentre os prêmios e reconhecimento, em 2019, o Banco Santander foi eleito a empresa mais sustentável do setor financeiro, segundo a edição de 2019 do Guia Exame de Sustentabilidade, promovido pela Revista Exame; pelo 10º ano consecutivo permaneceu na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B³ (ISE); foi reconhecido como o Banco n° 1 entre as empresas que mudam o Mundo, de acordo com a revista Fortune; venceu também o 7º Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade na categoria Socioambiental com o case do Prospera Santander Microfinanças; e em relação ao desempenho em agências de rating ASG (ambiental, social e governança), conquistou pontuações acima da média da indústria e, na maioria dos casos, melhorou o desempenho em comparação com o último ano.

Até o quarto trimestre o Banco viabilizou cerca de R$15,9 bilhões em Negócios Socioambientais, considerando as linhas de energias renováveis, agronegócio sustentável, Prospera Santander Microcrédito, Financiamento Estudantil (graduação medicina), Project Finance (energias renováveis), outros negócios socioambientais e a participação na estruturação e *advisory* de *Green/ Transition Bonds*.

Em relação ao impacto social, por meio do Santander Universidades concedeu cerca de 6 mil bolsas de estudos em 2019.

O Programa Amigo de Valor, permite que o Banco Santander, bem como os funcionários e clientes, direcione parte do imposto de renda devido diretamente para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2019, esse programa arrecadou fundos totalizando mais de R$19 milhões.

Em 2019, durante seis semanas foram abertas algumas agências aos finais de semana visando oferecer orientação financeira gratuita à população.

O Banco assumiu a meta de consumir energia renovável em 100% de suas operações até o ano de 2025. O compromisso atingirá as unidades de atendimento, em todo o país, até o fim de 2021 e todos os prédios administrativos e centro de processamento de dados até 2025.

Também foi lançado o projeto *Plastic Free* que tem como objetivo inicial reduzir o consumo de plástico de uso rápido (copos e garrafas) nos nossos prédios administrativos e até 2020 impactar todas as agências. Pendente Sustentabilidade.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria independente efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 28/01/2020).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 31/12/2019	Banco 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Ativo Circulante		**504.910.723**	**495.071.546**	**524.779.465**	**523.287.889**
Disponibilidades	**4**	**9.543.649**	**11.358.459**	**9.924.644**	**11.629.112**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5**	**82.235.455**	**86.464.685**	**42.571.395**	**56.375.289**
Aplicações no Mercado Aberto		28.703.365	45.325.687	28.703.365	44.825.827
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		43.230.118	33.270.931	3.565.203	3.680.810
Aplicações em Moedas Estrangeiras		10.301.972	7.868.067	10.302.827	7.868.652
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**6**	**61.649.371**	**77.244.185**	**72.160.634**	**90.103.130**
Carteira Própria		27.746.398	36.212.955	34.097.174	41.916.648
Vinculados a Compromissos de Recompra		26.824.877	36.382.807	21.338.877	32.252.210
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.653.751	4.109.455	8.894.341	12.206.228
Vinculados ao Banco Central		-	5.071	-	103.604
Moedas de Privatização		512	667	512	667
Vinculados à Prestação de Garantias		456.012	533.230	3.861.909	3.623.773
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		3.967.821	-	3.967.821	-
Relações Interfinanceiras	**7**	**78.178.662**	**79.563.879**	**88.952.546**	**92.161.239**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		9.027.921	9.902.862	19.267.302	22.036.377
Créditos Vinculados:		69.121.251	69.625.970	69.663.608	70.103.002
Depósitos no Banco Central		69.121.095	69.625.795	69.663.452	70.102.827
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		156	175	156	175
Repasses Interfinanceiros		7.854	13.187	-	-
Correspondentes		21.636	21.860	21.636	21.860
Operações de Crédito	**8**	**83.319.998**	**74.689.851**	**112.150.045**	**100.432.401**
Setor Público		153.586	162	153.586	162
Setor Privado		86.455.503	78.890.129	116.405.810	105.386.559
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	-	17.912
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.289.091)	(4.200.440)	(4.409.351)	(4.972.232)
Operações de Arrendamento Mercantil	**8**	**-**	**-**	**1.202.645**	**1.215.740**
Setor Privado		-	-	1.216.238	1.239.421
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(13.593)	(23.681)
Outros Créditos		**188.443.558**	**164.105.338**	**195.896.586**	**169.226.857**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		23.283	57.723	377.915	57.723
Carteira de Câmbio	9	123.396.135	105.683.300	123.396.135	105.683.300
Rendas a Receber		2.226.778	2.112.919	2.025.186	1.927.635
Negociação e Intermediação de Valores	10	2.325.866	1.628.363	3.912.093	1.910.791
Créditos Tributários	11	8.850.651	7.502.420	9.915.564	8.372.900
Diversos	12	52.071.971	47.846.548	56.713.037	52.068.793
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(451.126)	(725.935)	(443.344)	(794.285)
Outros Valores e Bens		**1.540.030**	**1.645.149**	**1.920.970**	**2.144.121**
Outros Valores e Bens		1.195.777	1.235.921	1.524.102	1.601.986
(Provisões para Desvalorizações)		(115.705)	(161.942)	(254.950)	(217.497)
Despesas Antecipadas		459.958	571.170	651.818	759.632
Ativo Realizável a Longo Prazo		**296.527.040**	**253.043.465**	**319.515.226**	**271.376.071**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**5**	**33.694.075**	**28.031.980**	**796.099**	**436.942**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		33.694.075	28.031.980	796.099	436.942
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	**6**	**112.305.951**	**98.229.938**	**121.294.033**	**104.361.551**
Carteira Própria		23.603.436	22.599.399	28.228.324	26.253.702
Vinculados a Compromissos de Recompra		71.638.459	53.815.465	71.617.304	53.601.206
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.532.484	5.782.175	8.546.799	5.820.767
Vinculados ao Banco Central		-	1.444.136	-	1.444.136
Moedas de Privatização		370	779	370	779
Vinculados à Prestação de Garantias		8.028.432	12.511.388	12.398.466	15.164.365
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		502.770	2.076.596	502.770	2.076.596
Relações Interfinanceiras	**7**	**312.411**	**281.332**	**312.411**	**281.332**
Créditos Vinculados:		312.411	281.332	312.411	281.332
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		312.411	281.332	312.411	281.332
Operações de Crédito	**8**	**110.094.019**	**94.654.519**	**148.292.513**	**127.327.245**
Setor Público		964.378	583.968	965.758	583.968
Setor Privado		123.678.363	105.266.028	163.374.180	138.961.203
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	-	4.880
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(14.548.722)	(11.195.477)	(16.047.425)	(12.222.806)
Operações de Arrendamento Mercantil	**8**	**-**	**-**	**1.564.446**	**1.287.060**
Setor Público		-	-	1.119	156
Setor Privado		-	-	1.583.641	1.333.502
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	-	(20.314)	(46.598)
Outros Créditos		**39.810.561**	**31.426.963**	**46.763.311**	**37.146.216**
Créditos por Avais e Fianças Honrados		298.195	486.323	298.195	486.323
Carteira de Câmbio	9	1.108.978	1.690.088	1.108.978	1.690.088
Rendas a Receber		156.939	146.813	156.939	146.813
Negociação e Intermediação de Valores	10	-	-	562.425	-
Créditos Tributários	11	19.223.760	16.945.139	21.988.807	19.291.180
Diversos	12	19.395.717	12.770.902	23.122.032	16.261.333
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(373.028)	(612.302)	(474.065)	(729.521)
Outros Valores e Bens		**310.023**	**418.733**	**492.413**	**535.725**
Investimentos Temporários		1.622	1.622	56.875	1.631
(Provisões para Perdas)		(1.622)	(1.622)	(1.630)	(1.631)
Despesas Antecipadas		310.023	418.733	437.168	535.725
Permanente		**37.097.964**	**30.896.503**	**13.248.376**	**11.155.329**
Investimentos		**26.831.540**	**21.491.544**	**354.490**	**337.589**
Participações em Coligadas e Controladas:	14	26.810.793	21.470.777	333.674	316.752
No País		23.263.738	17.939.824	333.674	316.752
No Exterior		3.547.055	3.530.953	-	-
Outros Investimentos		45.064	45.064	50.344	50.717
(Provisões para Perdas)		(24.317)	(24.297)	(29.528)	(29.880)
Imobilizado de Uso	**15**	**6.214.168**	**5.825.407**	**7.181.088**	**6.498.492**
Imóveis de Uso		2.467.216	2.470.204	2.753.149	2.670.804
Outras Imobilizações de Uso		13.818.040	12.491.165	15.483.559	13.816.379
(Depreciações Acumuladas)		(10.071.088)	(9.135.962)	(11.055.620)	(9.988.691)
Intangível	**16**	**4.052.256**	**3.579.552**	**5.712.798**	**4.319.248**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.496.592	26.419.016	29.050.911	27.889.870
Outros Ativos Intangíveis		8.485.328	9.633.082	9.196.813	10.264.830
(Amortizações Acumuladas)		(30.929.664)	(32.472.546)	(32.534.926)	(33.835.452)
Total do Ativo		**838.535.727**	**779.011.514**	**857.543.067**	**805.819.289**

	Notas Explicativas	Banco 31/12/2019	Banco 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Passivo Circulante		**594.642.669**	**525.480.509**	**598.591.332**	**543.486.149**
Depósitos	**17.a**	**214.983.542**	**199.067.946**	**212.838.421**	**193.424.668**
Depósitos à Vista		29.392.188	20.531.035	29.107.534	18.831.579
Depósitos de Poupança		49.039.857	46.068.346	49.039.857	46.068.346
Depósitos Interfinanceiros		4.573.086	6.208.067	3.457.996	2.693.812
Depósitos a Prazo		131.978.411	126.260.498	131.096.194	125.822.325
Outros Depósitos		-	-	136.840	8.606
Captações no Mercado Aberto	**17.b**	**111.939.869**	**105.464.821**	**106.248.412**	**100.334.226**
Carteira Própria		97.227.938	89.125.774	91.536.480	84.995.177
Carteira de Terceiros		8.743.348	15.200.913	8.743.348	14.200.914
Carteira Livre Movimentação		5.968.583	1.138.134	5.968.584	1.138.135
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**17.c**	**60.517.226**	**38.392.230**	**51.265.094**	**40.623.092**
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	34.240	563.848
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		42.445.229	33.309.287	43.567.117	34.976.301
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		16.295.922	3.594.692	5.887.662	3.594.692
Certificados de Operações Estruturadas		1.776.075	1.488.251	1.776.075	1.488.251
Relações Interfinanceiras	**7**	**41.756**	**50.347**	**369.578**	**284.373**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	-	327.822	234.026
Correspondentes		41.756	50.347	41.756	50.347
Relações Interdependências		**4.019.119**	**3.465.767**	**4.019.119**	**3.465.767**
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.002.824

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/07 a 31/12/2019	Banco 01/01 a 31/12/2019	Banco 01/01 a 31/12/2018	Consolidado 01/07 a 31/12/2019	Consolidado 01/01 a 31/12/2019	Consolidado 01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira		**39.735.104**	**74.721.192**	**70.682.676**	**43.268.493**	**82.740.412**	**79.322.078**
Operações de Crédito		22.279.358	42.352.541	42.274.465	29.220.790	55.491.261	55.191.343
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	187.937	359.013	318.794
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	15.583.626	28.749.086	28.174.288	13.458.411	24.912.162	23.834.787
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		517.180	(2.509.211)	(4.897.778)	76.505	(3.213.924)	(5.183.851)
Resultado de Operações com Câmbio		(450.619)	2.308.073	1.354.843	(1.493.477)	1.345.226	1.361.024
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.805.559	3.820.703	3.776.858	1.818.327	3.846.674	3.799.981
Despesas da Intermediação Financeira		**(29.270.385)**	**(50.096.357)**	**(49.934.547)**	**(29.892.026)**	**(51.759.742)**	**(52.383.179)**
Operações de Captação no Mercado	17.d	(16.047.574)	(30.172.230)	(31.690.413)	(15.163.976)	(29.214.553)	(30.642.814)
Operações de Empréstimos e Repasses		(4.827.783)	(6.309.687)	(7.496.709)	(4.838.778)	(6.265.632)	(8.873.738)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(165.396)	(182.779)	(141.814)	(181.613)	(213.304)	(182.265)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(8.229.632)	(13.431.661)	(10.605.611)	(9.707.659)	(16.066.253)	(12.684.362)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**10.464.719**	**24.624.835**	**20.748.129**	**13.376.467**	**30.980.670**	**26.938.899**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(6.084.964)**	**(10.102.631)**	**(8.302.558)**	**(7.993.959)**	**(14.218.790)**	**(12.237.964)**
Receitas de Prestação de Serviços	26	5.210.434	10.252.006	9.476.742	6.810.932	13.597.719	12.487.253
Rendas de Tarifas Bancárias	26	2.247.368	4.416.991	4.045.268	2.602.806	5.086.733	4.798.003
Despesas de Pessoal	27	(3.500.752)	(6.786.496)	(6.960.989)	(4.023.856)	(7.761.299)	(7.753.353)
Outras Despesas Administrativas	28	(5.375.487)	(10.318.009)	(9.627.874)	(6.324.679)	(12.142.730)	(11.145.393)
Despesas Tributárias	29	(1.636.041)	(3.228.943)	(2.778.602)	(2.244.869)	(4.570.928)	(3.800.585)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.115.368	2.724.415	2.610.560	22.644	44.364	18.912
Outras Receitas Operacionais	30	3.063.107	4.288.089	3.483.030	3.567.967	5.193.964	4.179.090
Outras Despesas Operacionais	31	(7.208.961)	(11.450.684)	(8.550.693)	(8.404.904)	(13.666.613)	(11.021.891)
Resultado Operacional		**4.379.755**	**14.522.204**	**12.445.571**	**5.382.508**	**16.761.880**	**14.700.935**
Resultado não Operacional	**32**	**87.992**	**102.588**	**205.095**	**119.861**	**8.479**	**193.059**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**4.467.747**	**14.624.792**	**12.650.666**	**5.502.369**	**16.770.359**	**14.893.994**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**33**	**3.464.430**	**1.020.710**	**996.576**	**2.874.319**	**(462.073)**	**(735.151)**
Provisão para Imposto de Renda		217.971	(1.061.570)	(313.687)	(281.055)	(2.396.580)	(1.258.444)
Provisão para Contribuição Social		40.398	(729.267)	(191.751)	(184.615)	(1.335.965)	(818.209)
Ativo Fiscal Diferido		3.206.061	2.811.547	1.502.014	3.339.989	3.270.472	1.341.502
Participações no Lucro		**(715.334)**	**(1.557.012)**	**(1.480.848)**	**(809.608)**	**(1.734.870)**	**(1.612.027)**
Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-	-	-	(211.266)	(392.429)	(380.671)
Lucro Líquido		**7.216.843**	**14.088.490**	**12.166.394**	**7.355.814**	**14.180.987**	**12.166.145**
Número de Ações (Mil)	23.a	7.498.531	7.498.531	7.498.531			
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		962,43	1.878,83	1.622,50			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas	Banco 01/01 a 31/12/2019		Banco 01/01 a 31/12/2018		Consolidado 01/01 a 31/12/2019		Consolidado 01/01 a 31/12/2018	
Explicativas									
Receitas da Intermediação Financeira		74.721.192		70.682.676		82.740.412		79.322.078	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancarias	26	14.668.997		13.522.010		18.684.452		17.285.256	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(13.431.661)		(10.605.611)		(16.066.253)		(12.684.362)	
Outras Receitas e Despesas		(6.949.541)		(3.019.548)		(8.353.704)		(4.967.234)	
Despesas da Intermediação Financeira		(36.664.696)		(39.328.936)		(35.693.489)		(39.698.817)	
Insumos de Terceiros		(4.841.695)		(7.251.461)		(5.780.462)		(8.215.864)	
Material, Energia e Outros		(255.961)		(250.930)		(269.660)		(259.315)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	28	(1.951.254)		(1.863.132)		(2.483.282)		(2.307.222)	
Avaliação do Valor Recuperável	31	(110.466)		(341.006)		(110.466)		(341.006)	
Outros		(2.524.014)		(4.796.393)		(2.917.054)		(5.308.321)	
Valor Adicionado Bruto		**27.502.596**		**23.999.130**		**35.530.956**		**31.041.057**	
Retenções									
Depreciações e Amortizações	28	(2.217.366)		(2.008.195)		(2.778.756)		(2.540.211)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**25.285.230**		**21.990.935**		**32.752.200**		**28.500.846**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	2.724.415		2.610.560		44.364		18.912	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**28.009.645**		**24.601.495**		**32.796.564**		**28.519.758**	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		7.619.942	27,2%	7.537.255	30,6%	8.626.450	26,4%	8.342.766	29,3%
Remuneração	27	3.978.454		4.034.284		4.438.158		4.502.333	
Benefícios	27	1.351.522		1.304.875		1.537.821		1.436.272	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		430.344		394.537		504.626		450.808	
Outras		1.859.622		1.803.559		2.145.845		1.953.353	
Impostos, Taxas e Contribuições		5.523.566	19,7%	4.188.622	17,0%	8.795.568	26,8%	6.899.852	24,2%
Federais		4.900.468		3.471.911		7.707.230		5.948.445	
Estaduais		855		913		993		1.057	
Municipais		622.243		715.798		1.087.345		950.350	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	28	777.648	2,8%	709.224	2,9%	801.130	2,4%	730.324	2,6%
Remuneração de Capitais Próprios		14.088.489	50,3%	12.166.394	49,5%	14.573.416	44,4%	12.546.816	44,0%
Dividendos	23.b	6.790.000		600.000		6.790.000		600.000	
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	4.010.000		600.000		4.010.000		600.000	
Reinvestimentos de Lucros		3.288.489		10.966.394		4.165.845		11.727.487	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-		-		(392.429)		(380.671)	
Total		**28.009.645**	**100,0%**	**24.601.495**	**100,0%**	**32.796.564**	**100,0%**	**28.519.758**	**100,0%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/07 a 31/12/2019	Banco 01/01 a 31/12/2019	Banco 01/01 a 31/12/2018	Consolidado 01/07 a 31/12/2019	Consolidado 01/01 a 31/12/2019	Consolidado 01/01 a 31/12/2018
Atividades Operacionais							
Lucro Líquido		**7.216.843**	**14.088.490**	**12.166.394**	**7.355.815**	**14.180.987**	**12.166.145**
Ajustes ao Lucro Líquido		**7.093.953**	**11.835.376**	**11.741.129**	**9.895.154**	**17.725.239**	**17.499.890**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	8.229.632	13.431.661	10.605.611	9.707.659	16.066.253	12.684.362
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	22.c	699.104	1.584.617	1.739.141	836.896	1.826.305	1.810.133
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	22.c	232.095	481.577	1.025.323	282.439	586.692	1.196.485
Créditos Tributários e Passivos Fiscais Diferidos		(3.152.562)	(3.220.298)	(1.466.140)	(3.420.517)	(3.749.750)	(1.305.168)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(1.115.368)	(2.724.415)	(2.610.560)	(22.644)	(44.364)	(18.912)
Depreciações e Amortizações	28	1.138.486	2.217.366	2.008.195	1.427.702	2.778.756	2.540.211
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	32	(48.006)	(46.292)	(114.680)	(83.078)	36.852	(114.834)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	32	(53.429)	(60.002)	(87.408)	(67.947)	(69.058)	(57.618)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	32	110.331	110.466	341.006	110.331	110.466	341.006
Resultado na alienação de Investimentos	32	-	-	45	(1.888)	(6.257)	(13.256)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	30 e 31	(9.851)	(35.333)	(110.962)	(9.851)	(35.333)	(110.962)
Atualização de Depósitos Judiciais	30	(213.127)	(501.067)	(554.851)	(252.250)	(582.282)	(674.458)
Atualização de Impostos a Compensar	30	(113.648)	(148.173)	(164.515)	(132.718)	(185.403)	(225.023)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.853)	99	-	(7.853)	99	-
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		1.318.236	614.174	1.173.757	1.318.236	614.174	1.173.757
Outros		79.913	130.996	(42.833)	210.637	378.089	274.167
Variações em Ativos e Passivos		**(17.300.417)**	**(20.021.280)**	**(15.757.532)**	**(10.939.464)**	**(15.966.358)**	**(21.623.460)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(12.860.472)	(4.051.571)	(18.619.923)	1.052.267	11.666.505	(7.673.633)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		12.025.382	9.445.129	11.492.965	10.259.262	7.329.574	(22.807.413)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(23.589.535)	(38.153.003)	(23.880.061)	(30.729.660)	(49.807.706)	(35.551.587)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		5.242.929	504.700	(7.241.688)	5.194.168	439.375	(7.321.357)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(6.829.311)	(24.940.850)	(42.392.925)	(5.806.536)	(27.559.203)	(42.700.073)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		53.857	219.922	(121.468)	47.731	206.371	(136.751)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		1.149.795	1.394.199	(3.939.116)	(497.454)	3.376.796	(3.406.138)
Aumento (Redução) em Depósitos		2.201.651	15.125.724	29.118.379	4.672.472	20.855.747	48.540.101
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		22.255.410	(7.317.732)	(5.757.262)	21.425.141	(7.878.594)	1.857.567
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(7.216.017)	8.473.611	(5.340.800)	(7.423.944)	7.573.524	(6.002.508)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(8.996.571)	20.786.356	51.733.148	(7.649.080)	21.208.685	55.967.367
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		29.091	(3.236)	(88.237)	5.438	(51.826)	(106.991)
Imposto Pago		(766.626)	(1.504.529)	(720.544)	(1.489.269)	(3.325.606)	(2.282.044)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(2.989.621)**	**5.902.586**	**8.149.991**	**6.311.505**	**15.939.868**	**8.042.575**
Atividades de Investimento							
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	14	(1.907.250)	(2.613.249)	(1.278.052)	-	-	(36.051)
Aquisição de Investimentos		-	-	(202)	-	-	(202)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(777.574)	(1.447.680)	(1.265.380)	(1.056.862)	(2.000.335)	(1.492.668)
Aplicações no Intangível		(1.263.751)	(1.826.828)	(754.305)	(1.355.440)	(1.997.301)	(863.057)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		-	-	1.649	1.830	6.630	15.133
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos à Venda	13	-	-	-	-	-	-
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		-	-	1.649	1.830	6.630	15.133
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	37.e	-	(1.291.630)	-	(8.000)	(1.299.630)	-
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição		-	-	(111.224)	-	-	(111.224)
Aquisição de Investimentos Temporários		-	-	(55.244)	(55.244)	-	
Alienação de Bens não de Uso Próprio		468.099	752.653	493.272	545.349	841.626	438.921
Alienação de Imobilizado de Uso		1.772	16.060	157.118	42.936	65.079	181.157
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		7.254	7.254	-	7.254	7.254	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		163.261	1.299.937	1.170.871	5.374	58.181	80.423
Mudança no Escopo de Consolidação		-	-	-	-	-	2
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(3.308.189)**	**(5.103.483)**	**(1.586.253)**	**(1.872.803)**	**(4.373.740)**	**(1.787.566)**
Atividades de Financiamento							
Aquisição de Ações de Emissão Própria	23.d	(66.966)	(218.814)	(312.304)	(66.966)	(218.814)	(312.304)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		15.805.956	45.052.823	73.765.081	30.762.745	61.352.968	75.827.431
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(6.695.507)	(32.930.091)	(78.903.009)	(31.227.803)	(58.630.040)	(80.849.845)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		-	(9.924.747)	(544.566)	-	(9.924.747)	(544.566)
Emissões de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		-	-	9.347.750	-	-	9.347.750
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		-	(328.892)	(683.783)	-	(328.892)	(683.783)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.693.921)	(6.882.799)	(6.042.340)	(1.692.815)	(7.010.117)	(6.125.989)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	-	(111.577)	(389.087)	(239.038)
Aumento de Capital em Sociedades Controladas Realizadas por Participações Minoritárias	14	-	-	-	-	100.000	98.000
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**7.349.562**	**(5.232.520)**	**(3.373.171)**	**(2.336.416)**	**(15.048.729)**	**(3.482.344)**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		**7.853**	**(99)**	**-**	**7.853**	**(99)**	**2.772.665**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.059.605**	**(4.433.516)**	**3.190.567**	**2.110.139**	**(3.482.700)**	**5.545.330**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**4**	**20.361.827**	**25.854.948**	**22.664.381**	**19.693.143**	**25.285.982**	**22.513.317**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**4**	**21.421.432**	**21.421.432**	**25.854.948**	**21.803.282**	**21.803.282**	**25.285.982**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**172.398**	**2.505.285**	**1.548.875**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.493.946**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(366.660)	-	-	(366.660)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(312.304)	(312.304)
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	(15.868)	-	-	-	-	-	-	-	(15.868)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(15.823)	-	-	-	-	-	-	-	(15.823)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	855.409	24.843	-	-	-	880.252
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(688)	(688)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	12.166.394	-	12.166.394
Destinações:											
Reserva Legal	23.c	-	-	608.320	-	-	-	-	(608.320)	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.520.000)	-	(2.520.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	4.958.074	-	-	-	(4.958.074)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**140.707**	**3.113.605**	**6.506.949**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.229.249**
Mutações no Exercício		**-**	**(31.691)**	**608.320**	**4.958.074**	**855.409**	**24.843**	**(366.660)**	**-**	**(312.992)**	**5.735.303**
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**140.707**	**3.113.605**	**6.506.949**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.229.249**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(679.298)	-	-	(679.298)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(218.814)	(218.814)
Resultado com Ações em Tesouraria	23.d	-	5.796	-	-	-	-	-	-	-	5.796
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	50.866	-	-	-	-	-	-	-	50.866
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	2.034.742	(23.111)	-	-	-	2.011.631
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(889)	(889)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	14.088.490	-	14.088.490
Destinações:											
Reserva Legal	23.c	-	-	704.459	-	-	-	-	(704.459)	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(6.790.000)	-	(6.790.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(4.010.000)	-	(4.010.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	2.584.723	-	-	-	(2.584.723)	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	-	692	-	692
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		**57.000.000**	**197.369**	**3.818.064**	**9.091.672**	**3.920.714**	**91.380**	**(3.750.341)**	**-**	**(681.135)**	**69.687.723**
Mutações no Exercício		**-**	**56.662**	**704.459**	**2.584.723**	**2.034.742**	**(23.111)**	**(679.298)**	**-**	**(219.703)**	**4.458.474**
Saldos em 30 de junho de 2019		**57.000.000**	**109.479**	**3.457.187**	**11.035.704**	**3.331.318**	**93.648**	**(3.872.726)**	**-**	**(614.808)**	**70.539.804**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	122.385	-	-	122.385
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(66.966)	(66.966)
Resultado com Ações em Tesouraria	23.d	-	1.898	-	-	-	-	-	-	-	1.898
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	85.992	-	-	-	-	-	-	-	85.992
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	589.396	(2.268)	-	-	-	587.128
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	639	639
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.216.843	-	7.216.843
Destinações:											
Reserva Legal	23.c	-	-	360.877	-	-	-	-	(360.877)	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(6.790.000)	-	(6.790.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.010.000)	-	(2.010.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	(1.944.034)	-	-	-	1.944.034	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		**57.000.000**	**197.369**	**3.818.064**	**9.091.670**	**3.920.714**	**91.380**	**(3.750.341)**	**-**	**(681.135)**	**69.687.723**
Mutações no Semestre		**-**	**87.890**	**360.877**	**(1.944.034)**	**589.396**	**(2.268)**	**122.385**	**-**	**(66.327)**	**(852.081)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**57.000.000**	**174.616**	**2.505.286**	**1.552.664**	**1.030.563**	**89.648**	**(2.704.383)**	**-**	**(148.440)**	**59.499.954**	**1.711.098**	**61.211.052**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(366.660)	-	-	(366.660)	-	(366.660)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(312.304)	(312.304)	-	(312.304)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(15.868)	-	-	-	-	-	-	-	(15.868)	-	(15.868)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(16.334)	-	-	-	-	-	-	-	(16.334)	-	(16.334)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	855.409	24.843	-	-	-	880.252	-	880.252
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(688)	(688)		(688)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	12.166.145	-	12.166.145	-	12.166.145
Destinações:													
Reserva Legal	23.c	-	-	608.320	-	-	-	-	(608.320)	-	-	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.520.000)	-	(2.520.000)	-	(2.520.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	4.958.074	-	-	-	(4.958.074)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(1.003)	-	-	-	249	-	(754)	-	(754)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296.236	296.236
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**142.414**	**3.113.606**	**6.509.735**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.233.743**	**2.007.334**	**67.241.077**
Mutações no Exercício		**-**	**(32.202)**	**608.320**	**4.957.071**	**855.409**	**24.843**	**(366.660)**	**-**	**(312.992)**	**5.733.789**	**296.236**	**6.030.025**
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**57.000.000**	**142.414**	**3.113.606**	**6.509.735**	**1.885.972**	**114.491**	**(3.071.043)**	**-**	**(461.432)**	**65.233.743**	**2.007.334**	**67.241.077**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(679.299)	-	-	(679.299)	-	(679.299)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(218.814)	(218.814)	-	(218.814)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	5.795	-	-	-	-	-	-	-	5.795	-	5.795
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	45.906	-	-	-	-	-	-	-	45.906	-	45.906
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	2.046.464	(23.111)	-	-	-	2.023.353	-	2.023.353
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(889)	(889)	-	(889)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	14.180.987	-	14.180.987	-	14.180.987
Destinações:													
Reserva Legal	23.c	-	-	704.459	-	-	-	-	(704.459)	-	-	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(6.790.000)	-	(6.790.000)	-	(6.790.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(4.010.000)	-	(4.010.000)	-	(4.010.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	2.584.721	-	-	-	(2.584.721)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	74.257	-	-	-	(92.497)	-	(18.240)	-	(18.240)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(311.973)	(311.973)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	690	-	690	-	690
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		**57.000.000**	**194.115**	**3.818.065**	**9.168.713**	**3.932.436**	**91.380**	**(3.750.342)**	**-**	**(681.135)**	**69.773.232**	**1.695.361**	**71.468.593**
Mutações no Exercício		**-**	**51.701**	**704.459**	**2.658.978**	**2.046.464**	**(23.111)**	**(679.299)**	**-**	**(219.703)**	**4.539.489**	**(311.973)**	**4.227.516**
Saldos em 30 de Junho de 2019		**57.000.000**	**111.035**	**3.457.188**	**10.992.246**	**3.331.318**	**97.516**	**(3.872.726)**	**-**	**(614.808)**	**70.501.769**	**1.760.123**	**72.261.892**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	122.384	-	-	122.384	-	122.384
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(66.966)	(66.966)	-	(66.966)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	1.897	-	-	-	-	-	-	-	1.897	-	1.897
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	81.183	-	-	-	-	-	-	-	81.183	-	81.183
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	601.118	(2.268)	-	-	-	598.850	-	598.850
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(889)	(889)	-	(889)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	7.355.814	1.528	7.357.342	-	7.357.342
Destinações:													-
Reserva Legal	23.c	-	-	360.877	-	-	-	-	(365.467)	-	(4.590)	-	(4.590)
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(6.790.000)	-	(6.790.000)	-	(6.790.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	-	(2.010.000)	-	(2.010.000)	-	(2.010.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	(1.944.034)	-	-	-	1.944.034	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	120.501	-	(3.868)	-	(134.381)	-	(17.748)	-	(17.748)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.762)	(64.762)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		**57.000.000**	**194.115**	**3.818.065**	**9.168.713**	**3.932.436**	**91.380**	**(3.750.342)**	**-**	**(681.135)**	**69.773.232**	**1.695.361**	**71.468.593**
Mutações no Semestre		**-**	**83.080**	**360.877**	**(1.823.533)**	**601.118**	**(6.136)**	**122.384**	**-**	**(66.327)**	**(728.537)**	**(64.762)**	**(793.299)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 14 e os Fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) [4];
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) [1];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) [2];
- Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) [3];
- Santander FI *Hedge* Strategies Fund (Santander FI *Hedge* Strategies) [4];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) [5];
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) [6];
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos [7]; e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado [8].

[1] A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14) detém 100% das suas cotas subordinadas.

[2] O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

[3] O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII para Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário.

[4] O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI *Hedge* Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI *Hedge* Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI *Hedge* Strategies.

[5] Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (Nota 14), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

[6] Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Nota 14).

[7] Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado pelo do Banco Bandepe S.A. (Nota 14).

[8] Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Nota 14).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

Em 2019, os saldos das rubricas (i) Operações de Crédito, (ii) Resultado de Operações de Câmbio, (iii) Operações de Captações no Mercado e (iv) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários que compõe o "Resultado Bruto da Intermediação Financeira" foram reclassificadas em contrapartida à rubrica de Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais, para melhor apresentação. Consequentemente, os saldos de 2018 foram reapresentados para manter a comparabilidade.

Em 2019, os saldos das rubricas de Outras Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais foram reclassificadas para melhor apresentação. Os saldos referentes às contas reclassificadas são imateriais em períodos anteriores.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia e parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na reunião realizada em 28 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de *hedge* de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2019. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agência no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular n° 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular n° 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - *hedge* de risco de mercado; e

II - *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados. Não temos operações de *hedge* de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o *spread* de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 31) e despesas de pessoal (Nota 27).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas ou canceladas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 20.

q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 22.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

u) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recu

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco				
				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	**12.524.930**	**16.178.435**	**-**	**28.703.365**	**45.325.687**
Posição Bancada	**192.060**	**629.365**	**-**	**821.425**	**2.335.670**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.500	-	-	10.500	9.017
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	703.522
Notas do Tesouro Nacional - NTN	181.560	629.365	-	810.925	1.623.131
Posição Financiada	**2.696.273**	**6.315.430**	**-**	**9.011.703**	**14.673.484**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	90.481	366.946	-	457.427	3.787.598
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.605.792	5.948.484	-	8.554.276	10.885.886
Posição Vendida	**9.636.597**	**9.233.640**	**-**	**18.870.237**	**28.316.533**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.581.112	1.325.522	-	2.906.634	10.073.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.055.485	7.908.118	-	15.963.603	18.243.012
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**8.963.011**	**34.267.107**	**33.694.075**	**76.924.193**	**61.302.911**
Aplicações em Moedas Estrangeiras	**10.301.972**	**-**	**-**	**10.301.972**	**7.868.067**
Total	**31.789.913**	**50.445.542**	**33.694.075**	**115.929.530**	**114.496.665**

	Consolidado				
				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	**12.524.930**	**16.178.435**	**-**	**28.703.365**	**44.825.827**
Posição Bancada	**192.060**	**629.365**	**-**	**821.425**	**2.835.809**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.500	-	-	10.500	9.017
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	1.703.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	181.560	629.365	-	810.925	1.123.271
Posição Financiada	**2.696.273**	**6.315.430**	**-**	**9.011.703**	**13.673.485**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	90.481	366.946	-	457.427	2.787.599
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.605.792	5.948.484	-	8.554.276	10.885.886
Posição Vendida	**9.636.597**	**9.233.640**	**-**	**18.870.237**	**28.316.533**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.581.112	1.325.522	-	2.906.634	10.073.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.055.485	7.908.118	-	15.963.603	18.243.012
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**1.772.382**	**1.792.821**	**796.099**	4.361.302	**4.117.752**
Aplicações em Moedas Estrangeiras	**10.302.827**	**-**	**-**	**10.302.827**	**7.868.652**
Total	**24.600.139**	**17.971.256**	**796.099**	**43.367.494**	**56.812.231**

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco				
				31/12/2019	31/12/2018
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**32.253.607**	**304.289**	**-**	**32.557.896**	**47.827.195**
Títulos Públicos	30.520.460	235.174	-	30.755.634	47.282.124
Títulos Privados	1.733.147	69.115	-	1.802.262	545.071
Títulos Disponíveis para Venda	**110.100.666**	**3.137.823**	**5.233.105**	**118.471.594**	**106.498.971**
Títulos Públicos	81.849.270	3.059.699	4.617.664	89.526.633	82.478.707
Títulos Privados	28.251.396	78.124	615.441	28.944.961	24.020.264
Títulos Mantidos até o Vencimento	**11.739.597**	**-**	**-**	**11.739.597**	**11.256.327**
Títulos Públicos	11.275.488	-	-	11.275.488	11.256.327
Títulos Privados	464.109	-	-	464.109	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**154.093.870**	**3.442.112**	**5.233.105**	**162.769.087**	**165.582.493**

	Consolidado				
				31/12/2019	31/12/2018
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**35.309.995**	**667.476**	**-**	**35.977.471**	**54.001.557**
Títulos Públicos	32.560.212	598.361	-	33.158.573	51.909.118
Títulos Privados	2.749.783	69.115	-	2.818.898	2.092.439
Títulos Disponíveis para Venda	**119.767.975**	**3.137.823**	**5.390.661**	**128.296.459**	**111.179.802**
Títulos Públicos	91.108.785	3.059.699	4.775.211	98.943.695	88.337.847
Títulos Privados	28.659.190	78.124	615.450	29.352.764	22.841.955
Títulos Mantidos até o Vencimento	**11.739.597**	**-**	**-**	**11.739.597**	**11.256.327**
Títulos Públicos	11.275.488	-	-	11.275.488	11.256.327
Títulos Privados	464.109	-	-	464.109	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**166.817.567**	**3.805.299**	**5.390.661**	**176.013.527**	**176.437.686**

II) Títulos para Negociação

	Banco				Consolidado			
			31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação								
Títulos Públicos	**30.520.460**	**235.174**	**30.755.634**	**47.282.124**	**32.560.212**	**598.361**	**33.158.573**	**51.909.118**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.157.560	1.329	3.158.889	2.158.662	3.529.027	1.329	3.530.356	5.070.617
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.829.072	9.443	6.838.515	15.633.571	6.829.072	9.443	6.838.515	15.633.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.467.270	220.038	20.687.308	28.976.194	22.135.555	583.225	22.718.780	30.691.233
Títulos da Dívida Agrária - TDA	66.558	4.364	70.922	126.519	66.558	4.364	70.922	126.519
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	387.178	-	-	-	387.178
Títulos Privados	**1.733.147**	**69.115**	**1.802.262**	**545.071**	**2.749.783**	**69.115**	**2.818.898**	**2.092.439**
Ações	-	-	-	4.211	665.075	-	665.075	589.647
Cotas de Fundos de Investimento	769.229	64.834	834.063	130.528	1.003.234	64.834	1.068.068	-
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	36.067	-	36.067	625
Debêntures	443.972	(4.153)	439.819	274.988	443.972	(4.153)	439.819	1.161.466
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	22.951	(82)	22.869	-	22.951	(82)	22.869	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	14.556	(1.819)	12.737	135.344	14.556	(1.819)	12.737	135.344
Eurobonds	482.439	10.335	492.774	-	482.439	10.335	492.774	-
Letras de Câmbio	-	-	-	-	81.489	-	81.489	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	-	205.357
Total	**32.253.607**	**304.289**	**32.557.896**	**47.827.195**	**35.309.995**	**667.476**	**35.977.471**	**54.001.557**

	Banco					
						31/12/2019
Títulos para Negociação						
Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**	**2.677.748**	**3.994.728**	**7.421.246**	**16.661.912**	**30.755.634**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	300.470	1.216.345	546.039	1.096.035	3.158.889
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.061.643	1.795.347	1.401.268	1.580.257	6.838.515
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	302.097	964.861	5.452.237	13.968.113	20.687.308
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	13.538	18.175	21.702	17.507	70.922
Títulos Privados	**834.063**	**1.204**	**498.196**	**61.693**	**407.106**	**1.802.262**
Cotas de Fundos de Investimento	834.063	-	-	-	-	834.063
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	22.869	22.869
Debêntures	-	1.204	6.127	59.960	372.528	439.819
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	1.474	11.263	12.737
Eurobonds	-	-	492.069	259	446	492.774
Total	**834.063**	**2.678.952**	**4.492.924**	**7.482.939**	**17.069.018**	**32.557.896**

	Consolidado					
						31/12/2019
Títulos para Negociação						
Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**	**2.696.290**	**4.001.021**	**7.998.383**	**18.462.879**	**33.158.573**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	319.012	1.222.638	886.601	1.102.105	3.530.356
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.061.643	1.795.347	1.401.268	1.580.257	6.838.515
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	302.097	964.861	5.688.812	15.763.010	22.718.780
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	13.538	18.175	21.702	17.507	70.922
Títulos Privados	**1.769.210**	**1.204**	**498.196**	**143.182**	**407.106**	**2.818.898**
Ações	665.075	-	-	-	-	665.075
Cotas de Fundos Imobiliários	36.067	-	-	-	-	36.067
Cotas de Fundos de Investimento	1.068.068	-	-	-	-	1.068.068
Debêntures	-	1.204	6.127	59.960	372.528	439.819
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	1.474	11.263	12.737
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	22.869	22.869
Eurobonds	-	-	492.069	259	446	492.774
Letras de Câmbio	-	-	-	81.489	-	81.489
Total	**1.769.210**	**2.697.494**	**4.499.217**	**8.141.565**	**18.869.985**	**35.977.471**

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco				
				31/12/2019	31/12/2018
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	**81.849.270**	**3.059.699**	**4.617.664**	**89.526.633**	**82.478.707**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	968	-	197	1.165	1.007
Crédito Securitizado	-	-	-	-	1.446
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.144.795	-	6.818	11.151.613	9.390.914
Letras do Tesouro Nacional - LTN	30.025.502	744.442	214.987	30.984.931	36.883.802
Notas do Tesouro Nacional - NTN [3]	40.678.005	2.315.257	4.395.662	47.388.924	32.338.196
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	3.863.342
Títulos Privados	**28.251.396**	**78.124**	**615.441**	**28.944.961**	**24.020.264**
Ações	320	-	(260)	60	50
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	23.074
Cotas de Fundos de Investimento	3.963.540	-	-	3.963.540	1.332.021
Debêntures [1]	11.426.545	78.124	410.383	11.915.052	9.871.056
Eurobonds	3.206.532	-	104.663	3.311.195	2.331.017
Notas Promissórias - NP	4.617.311	-	79.544	4.696.855	6.625.314
Letras Financeiras - LF	192.377	-	427	192.804	236.368
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	36.067	-	613	36.680	151.618
Cédula de Produto Rural - CPR	4.808.704	-	20.071	4.828.775	3.449.746
Total	**110.100.666**	**3.137.823**	**5.233.105**	**118.471.594**	**106.498.971**

	Consolidado				
				31/12/2019	31/12/2018
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	**91.108.785**	**3.059.699**	**4.775.211**	**98.943.695**	**88.337.847**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	968	-	197	1.165	1.007
Crédito Securitizado	-	-	-	-	1.446
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [2]	16.541.872	-	5.493	16.547.365	12.180.134
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.492.723	744.442	263.483	32.500.648	37.855.695
Notas do Tesouro Nacional - NTN [3]	43.073.222	2.315.257	4.506.038	49.894.517	34.436.223
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	3.863.342
Títulos Privados	**28.659.190**	**78.124**	**615.450**	**29.352.764**	**22.841.955**
Ações	82.647	-	(260)	82.387	5.398
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	23.074
Cotas de Fundos de Investimento	3.082.832	-	-	3.082.832	156.306
Cotas de Fundos Imobiliários	57.522	-	9	57.531	65.983
Debêntures [1]	12.575.184	78.124	410.383	13.063.691	9.792.922
Eurobonds	3.206.532	-	104.663	3.311.195	2.331.017
Notas Promissórias - NP	4.617.311	-	79.544	4.696.855	6.625.314
Letras Financeiras - LF	192.377	-	427	192.804	236.368
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	36.067	-	613	36.680	151.618
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	14	-	-	14	4.209
Cédula de Produto Rural - CPR	4.808.704	-	20.071	4.828.775	3.449.746
Total	**119.767.975**	**3.137.823**	**5.390.661**	**128.296.459**	**111.179.802**

	Banco					
						31/12/2019
Títulos Disponíveis para Venda						
Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**	**5.997.691**	**8.591.131**	**19.600.655**	**55.337.156**	**89.526.633**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	1.165	-	1.165
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	11.203	3.113.128	8.027.282	11.151.613
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.649.206	8.568.794	13.759.400	4.007.531	30.984.931
Notas do Tesouro Nacional - NTN [3]	-	1.348.485	11.134	2.726.962	43.302.343	47.388.924
Títulos Privados	**3.963.600**	**1.822.013**	**5.930.193**	**6.092.667**	**11.136.488**	**28.944.961**
Ações	60	-	-	-	-	60
Cotas de Fundos de Investimento	3.963.540	-	-	-	-	3.963.540
Debêntures [1]	-	178.074	1.450.838	2.932.897	7.353.243	11.915.052
Eurobonds	-	749.644	-	-	2.561.551	3.311.195
Notas Promissórias - NP	-	331.479	2.178.131	1.906.768	280.477	4.696.855
Letras Financeiras - LF	-	-	192.804	-	-	192.804
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	123	389	32.164	4.004	36.680
Cédula de Produto Rural - CPR	-	562.693	2.108.031	1.220.838	937.213	4.828.775
Total	**3.963.600**	**7.819.704**	**14.521.324**	**25.693.322**	**66.473.644**	**118.471.594**

	Consolidado					
						31/12/2019
Títulos Disponíveis para Venda						
Abertura por Vencimento	Sem Vencimento		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**-**		**6.661.204**	**9.590.876**	**25.124.920**	**57.566.695**	**98.943.695**
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-		-	-	1.165	-	1.165
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [2]	-		418.048	345.109	6.734.544	9.049.664	16.547.365
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-		4.649.206	9.223.087	14.085.970	4.542.385	32.500.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN [3]	-		1.593.950	22.680	4.303.241	43.974.646	49.894.517
Títulos Privados	**3.222.750**		**1.822.027**	**5.858.869**	**6.092.667**	**12.356.451**	**29.352.764**
Ações	82.387		-	-	-	-	82.387
Cotas de Fundos de Investimento	3.082.832		-	-	-	-	3.082.832
Cotas de Fundos Imobiliários		57.531	-	-	-	-	57.531
Debêntures [1]		-	178.074	1.379.514	2.932.897	8.573.206	13.063.691
Eurobonds		-	749.644	-	-	2.561.551	3.311.195
Notas Promissórias - NP		-	331.479	2.178.131	1.906.768	280.477	4.696.855
Letras Financeiras - LF		-	-	192.804	-	-	192.804
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI		-	123	389	32.164	4.004	36.680
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	14	-	-	-	14
Cédula de Produto Rural - CPR		-	562.693	2.108.031	1.220.838	937.213	4.828.775
Total		**3.222.750**	**8.483.231**	**15.449.745**	**31.217.587**	**69.923.146**	**128.296.459**

[1] No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R$262.027 (31/12/2018 - R$548.743) em títulos disponíveis para venda.
[2] Em 31 de dezembro de 2018, a Administração decidiu alterar a classificação entre categorias das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, das carteiras de títulos e valores mobiliários das empresas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), Banco Bandepe S.A. e Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM). Os títulos foram transferidos da categoria Negociação para Disponíveis para Venda, nos valores de R$739.430, R$14.099 e R$375.488, respectivamente. Tais transferências não impactaram os valores do Consolidado e também não geraram efeito no resultado. A mudança na categoria ocorreu em função de reavaliação do histórico recente de negociação destes ativos.
[3] Em 31 de dezembro de 2019, a quantidade de 1.040.000 Notas de Tesouro Nacional - NTN no valor de R$1.229.297 (31/12/2018 - 1.040.000 no valor de R$1.244.672) com vencimento em janeiro de 2025, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banco/Consolidado						
							31/12/2019
					Abertura por Vencimento		
	Valor do Custo Amortizado/Contábil		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Títulos Mantidos até o Vencimento [1]	31/12/2019	31/12/2018	3 meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	**11.275.488**	**11.256.327**	**-**	**133.098**	**1.314.298**	**9.828.092**	**11.275.488**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.414.897	3.336.462	-	11.714	-	3.403.183	3.414.897
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.860.591	7.919.865	-	121.384	1.314.298	6.424.909	7.860.591
Títulos Privados	**464.109**	**-**	**-**	**-**	**464.109**	**-**	**464.109**
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	464.109	-	-	-	464.109	-	464.109
Total	**11.739.597**	**11.256.327**	**-**	**133.098**	**1.778.407**	**9.828.092**	**11.739.597**

[1] O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R$12.514.855 (31/12/2018 - R$12.131.544).
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.
Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Títulos de Renda Fixa [1]	21.105.889	20.718.339	22.959.709	20.556.467
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.479.523	8.798.968	3.341.381	4.452.931
Resultado de Títulos de Renda Variável	91.876	(67.561)	(462.560)	(70.963)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	148.791	141.498
Provisão para Perdas por não Recuperação [2]	(557.328)	(622.866)	(465.189)	(622.866)
Outras [3]	(370.874)	(652.592)	(609.970)	(622.280)
Total	**28.749.086**	**28.174.288**	**24.912.162**	**23.834.787**

[1] Em 31 de dezembro de 2019, inclui receita de variação cambial no valor de R$3.675.582 no Banco e no Consolidado (2018 - receita de R$4.007.403 no Banco e no Consolidado).
[2] Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
[3] Em 31 de dezembro de 2019, inclui a valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações e despesa de variação cambial no valor de R$473.619 no Banco e no Consolidado (2018 - despesa de R$727.225 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.
O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				
Swap - Diferencial a Receber	8.620.854	6.806.838	14.625.238	14.730.123
Prêmios de Opções a Exercer	886.927	558.123	1.065.752	716.936
Contratos a Termo e Outros	1.678.453	2.526.669	1.750.150	2.579.936
Total	**11.186.234**	**9.891.630**	**17.441.140**	**18.026.995**
Passivo				
Swap - Diferencial a Pagar	10.167.632	8.038.706	16.701.678	16.180.410
Prêmios de Opções Lançadas	1.593.625	489.055	1.699.729	563.787
Contratos a Termo e Outros	2.221.955	2.156.206	2.221.955	2.156.206
Total	**13.983.212**	**10.683.967**	**20.623.362**	**18.900.403**

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco					
			31/12/2019			31/12/2018
			Negociação			Negociação
	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		**(1.941.477)**	**(1.546.779)**	**-**	**998.382**	**(1.231.868)**
Ativo	**268.179.566**	**136.520.305**	**136.775.918**	**130.803.058**	**46.814.992**	**46.870.614**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	41.347.160	8.115.530	8.090.923	42.677.740	25.037.700	24.982.266
Taxa de Juros Pré - Reais	41.538.831	-	-	30.281.235	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	3.173.180	-	-	2.581.215	-	-
Moeda Estrangeira	182.066.995	128.404.775	128.684.995	55.209.468	21.777.292	21.888.348
Outros	53.400	-	-	53.400	-	-
Passivo	**270.121.044**	**(138.461.782)**	**(138.322.697)**	**129.804.676**	**(45.816.610)**	**(48.102.482)**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	33.231.630	-	-	17.640.040	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	56.109.142	(14.570.311)	(14.451.016)	53.484.663	(23.203.428)	(25.514.843)
Indexados em Índices de Preços e Juros	125.829.755	(122.656.574)	(122.615.416)	24.308.601	(21.727.386)	(21.775.017)
Moeda Estrangeira	53.662.220	-	-	33.432.176	-	-
Outros	1.288.297	(1.234.897)	(1.256.265)	939.196	(885.796)	(812.622)
Opções	**1.446.691.036**	**(713.536)**	**(706.697)**	**330.078.421**	**1.303**	**69.068**
Compromissos de Compra	**678.193.200**	**641.223**	**899.270**	**146.586.573**	**528.822**	**558.123**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	223.478	1.318	35	14.518.058	268.629	239.079
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.508.664	474	4.865	8.893.620	135.576	90.736
Opções de Compra Outras	98.154.363	295.668	148.426	1.313.613	25.710	7.378
Mercado Interfinanceiro	98.154.363	295.668	148.517	639.488	10.543	4.537
Outras [2]	-	-	(91)	674.125	15.167	2.841
Opções de Venda Outras	578.306.695	343.763	745.944	121.861.282	98.907	220.930
Mercado Interfinanceiro	578.306.695	343.763	746.006	121.800.897	90.997	217.726
Outras [2]	-	-	(63)	60.385	7.910	3.204
Compromissos de Venda	**768.497.836**	**(1.354.759)**	**(1.605.967)**	**183.491.848**	**(527.519)**	**(489.055)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	254.945	(3.103)	(1.472)	7.615.856	(124.442)	(101.034)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	315.601	(1.528)	(4.337)	12.160.912	(276.500)	(169.431)
Opções de Compra Outras	174.166.802	(562.827)	(441.032)	29.907.415	(21.381)	(22.063)
Mercado Interfinanceiro	174.166.802	(562.827)	(440.959)	29.609.298	(10.574)	(13.195)
Outras [2]	-	-	(73)	298.117	(10.807)	(8.868)
Opções de Venda Outras	593.760.488	(787.301)	(1.159.126)	133.807.665	(105.196)	(196.527)
Mercado Interfinanceiro	593.760.488	(787.301)	(1.159.038)	133.719.046	(93.269)	(179.841)
Outras [2]	-	-	(88)	88.619	(11.927)	(16.686)
Contratos de Futuros	**432.564.399**	**-**	**-**	**288.958.465**	**-**	**-**
Posição Comprada	**72.332.140**	**-**	**-**	**85.897.286**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	7.105.007	-	-	20.590.068	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	55.430.519	-	-	32.498.065	-	-
Moeda Estrangeira	9.781.856	-	-	32.456.813	-	-
Índice [3]	-	-	-	352.340	-	-
Treasury Bonds/Notes	14.758	-	-	-	-	-
Posição Vendida	**360.232.259**	**-**	**-**	**203.061.179**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	145.668.039	-	-	146.948.795	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	196.170.106	-	-	54.119.810	-	-
Moeda Estrangeira	17.208.599	-	-	1.992.574	-	-
Índice [3]	290.254	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	895.262	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	**99.514.898**	**(900.818)**	**(543.502)**	**90.906.932**	**1.907.981**	**370.463**
Compromissos de Compra	**50.216.459**	**(269.708)**	**50.412**	**38.662.360**	**(3.569.322)**	**618.568**
Moedas	50.215.376	(269.708)	50.407	38.095.625	(3.569.571)	618.980
Outros	1.083	-	5	566.735	249	(412)
Compromissos de Venda	**49.298.439**	**(631.110)**	**(593.914)**	**52.244.572**	**5.477.303**	**(248.105)**
Moedas	49.294.662	(631.085)	(594.002)	51.958.529	5.470.937	(252.160)
Outros	3.777	(25)	88	286.043	6.366	4.055

	Consolidado					
			31/12/2019			31/12/2018
			Negociação			Negociação
	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		**(1.885.422)**	**(2.076.440)**		**848.521**	**(1.450.287)**
Ativo	**282.164.189**	**147.887.209**	**146.758.024**	**177.288.868**	**64.135.648**	**44.468.097**
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	40.550.627	16.197.221	16.655.885

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial [1]	Valor da Curva	Valor de Mercado
Opções de Compra						
Moeda Estrangeira	171.871	1.318	(281)	14.518.058	268.629	239.079
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.456.975	392	4.355	8.893.620	135.576	90.736
Opções de Compra						
Outras	98.154.363	295.668	148.426	3.118.344	25.710	131.297
Mercado Interfinanceiro	98.154.363	295.668	148.517	639.488	10.543	4.537
Outras [2]	-	-	(91)	2.478.856	15.167	126.760
Opções de Venda Outras	578.306.695	343.764	818.664	122.546.774	84.992	255.824
Mercado Interfinanceiro	578.306.695	343.763	819.262	121.782.816	77.082	217.726
Outras [2]	-	-	(599)	763.958	7.910	38.098
Compromissos de Venda	**768.433.056**	**(1.354.759)**	**(1.604.171)**	**185.996.284**	**(512.044)**	**(563.787)**
Opções de Compra						
Moeda Estrangeira	254.945	(3.103)	(1.472)	7.615.856	(124.442)	(101.034)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	263.995	(1.528)	(2.842)	12.160.912	(276.500)	(169.431)
Opções de Compra						
Outras	174.153.628	(562.827)	(440.731)	31.679.919	(21.381)	(66.002)
Mercado Interfinanceiro	174.166.802	(562.827)	(440.959)	29.609.298	(10.574)	(13.195)
Outras [2]	(13.174)	-	228	2.070.621	(10.807)	(52.807)
Opções de Venda Outras	593.760.488	(787.301)	(1.159.126)	134.539.597	(89.721)	(227.320)
Mercado Interfinanceiro	593.760.488	(787.301)	(1.159.038)	133.703.672	(77.794)	(179.841)
Outras [2]	-	-	(88)	835.925	(11.927)	(47.479)
Contratos de Futuros	**433.873.181**	**-**	**-**	**289.508.200**	**-**	**-**
Posição Comprada	**72.912.029**	**-**	**-**	**86.203.734**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	7.394.951	-	-	20.590.068	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	55.430.519	-	-	32.690.685	-	-
Moeda Estrangeira	9.978.419	-	-	32.456.813	-	-
Índice [3]	-	-	-	466.168	-	-
Treasury Bonds/Notes	108.140	-	-	-	-	-
Posição Vendida	**360.961.152**	**-**	**-**	**203.304.466**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	146.032.485	-	-	146.948.795	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	196.170.106	-	-	54.160.203	-	-
Moeda Estrangeira	17.305.604	-	-	1.992.574	-	-
Índice [3]	290.254	-	-	202.894	-	-
Treasury Bonds/Notes	1.162.703	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	**99.514.898**	**(900.818)**	**(471.805)**	**90.910.841**	**1.911.891**	**423.730**
Compromissos de Compra	**50.216.459**	**(269.708)**	**50.412**	**38.666.269**	**(3.565.412)**	**671.835**
Moedas	50.215.376	(269.708)	50.407	38.095.625	(3.569.571)	618.980
Outros	1.083	-	5	570.644	4.159	52.855
Compromissos de Venda	**49.298.439**	**(631.110)**	**(522.217)**	**52.244.572**	**5.477.303**	**(248.105)**
Moedas	49.294.662	(631.085)	(522.305)	51.958.529	5.470.937	(252.160)
Outros	3.777	(25)	88	286.043	6.366	4.055

[1] Valor nominal dos contratos atualizados.
[2] Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US *Treasury*, ações e índices de ações.
[3] Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Banco				
	Valor Referencial				
				31/12/2019	31/12/2018
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras [1]	Total	Total
Swap	29.306.171	62.470.174	176.403.221	268.179.566	130.803.058
Opções	23.842.904	154.902	1.422.693.230	1.446.691.036	330.078.421
Contratos de Futuros	776.079	-	431.788.320	432.564.399	288.958.465
Contratos a Termo e Outros	47.199.548	45.924.004	7.536.243	100.659.795	90.906.932

	Consolidado				
	Valor Referencial				
				31/12/2019	31/12/2018
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras [1]	Total	Total
Swap	66.976.262	38.784.704	176.403.223	282.164.189	177.288.868
Opções	17.041.979	154.909	1.429.326.073	1.446.522.961	335.073.080
Contratos de Futuros	1.430.469	-	432.442.711	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	47.199.547	44.779.107	7.536.244	99.514.898	90.910.841

[1] Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Banco				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
Swap	58.187.307	96.585.511	113.406.748	268.179.566	130.803.058
Opções	681.033.182	649.417.382	116.240.472	1.446.691.036	330.078.421
Contratos de Futuros	140.882.436	179.106.635	112.575.328	432.564.399	288.958.465
Contratos a Termo e Outros	41.028.133	31.345.862	27.140.903	99.514.898	90.906.932

	Consolidado				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
Swap	58.298.876	106.268.113	117.597.200	282.164.189	177.288.868
Opções	681.033.182	646.187.139	119.302.640	1.446.522.961	335.073.080
Contratos de Futuros	140.882.437	179.337.860	113.652.884	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	41.028.133	31.345.862	27.140.903	99.514.898	90.910.841

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco			
	Valor Referencial			
			31/12/2019	31/12/2018
	Bolsas [1]	Balcão [2]	Total	Total
Swap	150.179.790	117.999.776	268.179.566	130.803.058
Opções	1.423.949.052	22.741.984	1.446.691.036	330.078.421
Contratos de Futuros	433.873.181	-	433.873.181	288.958.465
Contratos a Termo e Outros	2.519.944	96.994.954	99.514.898	90.906.932

	Consolidado			
	Valor Referencial			
			31/12/2019	31/12/2018
	Bolsas [1]	Balcão [2]	Total	Total
Swap	150.179.790	131.984.399	282.164.189	177.288.868
Opções	1.423.788.846	22.734.114	1.446.522.960	335.073.080
Contratos de Futuros	433.873.181	-	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	2.519.944	96.994.954	99.514.898	90.910.841

[1] Inclui valores negociados na B3.
[2] É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

VI) Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total *Return Swaps* - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

***Credit Default Swaps* - CDS**

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Nominal Risco Retido - *Swap* de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - *Swap* de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - *Swap* de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - *Swap* de Crédito
Swap de Créditos	2.435.880	-	1.959.128	416.541
Total	**2.435.880**	**-**	**1.959.128**	**416.541**

O valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) é de R$602.

O efeito no PLE do risco recebido foi de R$5.257 (31/12/2018 - R$84.487). Em 2019, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.904 que alterou os procedimentos para o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos que impactam capital.

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/12/2019	
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto	**Acima de 12 Meses**	**Total**
Por Instrumento		
CDS	2.435.880	2.435.880
Total	**2.435.880**	**2.435.880**
Por Classificação de Risco		
Abaixo do Grau de Investimento	2.435.880	2.435.880
Total	**2.435.880**	**2.435.880**
Por Entidade de Referência		
Governo Brasileiro	2.435.880	2.435.880
Total	**2.435.880**	**2.435.880**

VII) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

VII.I) *Hedge* de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

• Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

• O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa *swap* de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como instrumento de proteção dos créditos correspondente.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

• O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *hedge accounting*.

• O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge Accounting*.

• A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata *swaps* de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge Accounting*.

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

	Banco					
	31/12/2019					
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge		
Estratégias	Valor Contábil - Curva	Valor Contábil - Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	**1.420.344**	**1.447.179**	**2.867.523**	**1.735.340**	**601.119**	**2.336.460**
Hedge de Operações de Crédito	876.548	895.584	1.772.132	1.194.479	60.414	1.254.893
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	543.796	551.594	1.095.391	540.862	540.705	1.081.567
Contratos de Futuro	**789.631**	**-**	**789.631**	**45.427.125**	**3.000.490**	**48.427.614**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614

	Banco					
	31/12/2018					
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge		
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**3.249.741**	**3.098.299**	**6.348.041**	**2.605.830**	**602.633**	**3.208.463**
Hedge de Operações de Crédito	1.118.210	905.541	2.023.750	1.964.670	56.887	2.021.557
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.131.532	2.192.759	4.324.291	641.160	545.747	1.186.907
Contratos de Futuro	**789.631**	**-**	**789.631**	**45.427.125**	**3.000.490**	**48.427.614**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614

	Consolidado					
	31/12/2019					
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge		
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**3.249.741**	**3.098.299**	**6.348.041**	**2.605.830**	**602.633**	**3.208.463**
Hedge de Operações de Crédito	1.118.210	905.541	2.023.750	1.964.670	56.887	2.021.557
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.131.532	2.192.759	4.324.291	641.160	545.747	1.186.907
Contratos de Futuro	**789.631**	**-**	**789.631**	**45.427.125**	**3.000.490**	**48.427.614**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614

	Consolidado					
	31/12/2018					
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge		
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Valor do Ativo	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de *Swap*	**3.908.082**	**140.447**	**4.048.529**	**3.921.249**	**65.014**	**3.986.263**
Hedge de Operações de Crédito	1.152.249	115.180	1.267.429	1.166.387	50.668	1.217.055
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.755.833	25.267	2.781.100	2.754.862	14.346	2.769.208
Contratos de Futuro	**41.286.091**	**-**	**41.286.091**	**44.130.671**	**(205.941)**	**43.924.730**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	41.286.091	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730

(*) O Banco possui estratégias de *hedge* de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

VII.II) *Hedge* de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

• Contrata *swaps* ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.

• Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

• O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa.

• O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de *hedge* cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza *swaps* de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 2019, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva, em 31 de dezembro de 2018, foram registrados no resultado uma despesa no valor de R$1.415.

	Banco			
	31/12/2019			
	Instrumentos de *Hedge*		Objetos de *Hedge*	
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	**1.245.735**	**235.576**	**1.481.312**	**889.117**
Hedge de Operações de Crédito	138.099	25.467	163.567	687.239
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.107.636	210.109	1.317.745	201.878
Contratos de Futuro	**54.460.972**	**-**	**54.460.972**	**7.726.566**
Hedge de Operações de Crédito [1]	50.975.253	-	50.975.253	4.506.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.485.719	-	3.485.719	3.219.688

	Banco			
	31/12/2018			
	Instrumentos de *Hedge*		Objetos de *Hedge*	
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	**1.225.045**	**(91.981)**	**1.133.065**	**1.436.356**
Hedge de Operações de Crédito	30.324	955	31.279	211.599
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.194.721	(92.936)	1.101.786	1.224.757
Contratos de Futuro	**44.541.939**	**-**	**4.941.939**	**17.224.115**
Hedge de Operações de Crédito [1]	44.000.952	-	4.400.952	16.910.915
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	540.987	-	540.987	313.200

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Instrumentos de *Hedge*		Objetos de *Hedge*	
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	**6.327.615**	**5.163.218**	**11.483.844**	**6.123.421**
Hedge de Operações de Crédito	435.872	3.494	432.378	977.621
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.107.636	210.109	1.317.745	201.878
Hedge de Captações	4.784.106	4.949.615	9.733.721	4.943.922
Contratos de Futuro	**54.460.972**	**-**	**54.460.972**	**7.726.566**
Hedge de Operações de Crédito [1]	50.975.253	-	50.975.253	4.506.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.485.719		3.485.719	3.219.688

	Consolidado			
	31/12/2018			
	Instrumentos de *Hedge*		Objetos de *Hedge*	
Estratégias	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	**7.496.337**	**85.440**	**7.581.777**	**8.159.832**
Hedge de Operações de Crédito	1.032.283	68.730	1.101.012	1.198.921
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.194.721	(92.936)	1.101.786	1.224.757
Hedge de Captações	5.269.333	109.646	5.378.979	5.736.154
Contratos de Futuro	**44.541.939**	**-**	**44.541.939**	**17.224.115**
Hedge de Operações de Crédito [1]	44.000.952	-	44.000.952	16.910.915
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	540.987	-	540.987	313.200

(*) O Banco possui estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do *notional*, registrado em conta de compensação.

[1] Valor atualizado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2019 é de R$8.425.386 (31/12/2018 - R$16.738.641).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R$11.063 (31/12/2018 - R$19.523) e está contabilizado no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, dos quais R$6.327 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.342.992	6.974.085	5.950.561	7.552.926
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.086.556	3.392.893	1.086.556	3.392.886
Notas do Tesouro Nacional - NTN	660.918	682.240	841.790	873.134
Total	**7.090.465**	**11.049.218**	**7.878.907**	**11.818.946**

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2019.

	Consolidado		
Carteira Negociação Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(21.481)	(269.501)	(539.003)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.940)	(8.513)	(17.025)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.612)	(370)	(739)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(7.349)	(7.472)	(14.943)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.132)	(53.297)	(106.594)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(6.527)	(13.446)	(26.892)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.815)	(45.365)	(90.731)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(3)	(67)	(133)
Total [1]		**(46.859)**	**(398.031)**	**(796.060)**

[1] Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

	Consolidado		
Carteira Banking Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(54.618)	(661.037)	(1.336.823)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(40.342)	(515.761)	(869.231)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(64.833)	(379.989)	(752.393)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(16.153)	(243.212)	(444.905)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(14.199)	(180.248)	(327.219)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.732)	(67.655)	(120.776)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(793)	(19.830)	(39.659)
Total [1]		**(194.670)**	**(2.067.732)**	**(3.891.006)**

[1] Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito	**211.251.830**	**184.740.287**	**280.899.334**	**244.954.684**
Empréstimos e Títulos Descontados	116.282.045	98.499.318	130.994.834	111.862.168
Financiamentos	42.287.183	37.823.329	97.221.898	84.652.084
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.940.784	11.875.591	12.940.784	11.875.591
Financiamentos Imobiliários	39.741.818	36.542.049	39.741.818	36.542.049
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	-	-	22.792
Operações de Arrendamento Mercantil	**-**	**-**	**2.800.998**	**2.573.079**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) [1]	**6.054.424**	**6.125.308**	**6.054.424**	**6.125.308**
Outros Créditos [2]	**58.912.075**	**48.120.998**	**62.281.242**	**51.696.570**
Total	**276.218.329**	**238.986.593**	**352.035.998**	**305.349.641**

[1] Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.
[2] Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R$ 2.986.361 (31/12/2018 - R$808.224) e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco F, sendo deste montante R$ 746.106 com entidades do Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas cessões de créditos integralmente provisionadas sem coobrigação, no valor de R$ 6.470.500 no Banco e no Consolidado relativas a operações de créditos em prejuízo, sendo deste montante R$ 3.193.521 com entidades do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA). Em 2019, as operações cedidas do Banco PSA foram liquidadas (31/12/2018 - R$62.649).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de Funded Participation (Export) no montante de R$ 201.706 com vencimento original em abril de 2019. Em 2018, a cessão de crédito foi liquidada antecipadamente.

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente das operações cedidas é de R$ 75.833 (31/12/2018- R$110.501).

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:
- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.
A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas	7.684.024	7.851.837	8.585.560	9.513.579
A Vencer:				
Até 3 Meses	76.147.368	74.904.261	87.843.597	85.909.980
De 3 a 12 Meses	69.667.171	55.405.909	90.380.199	75.610.894
Acima de 12 Meses	122.719.766	100.824.586	165.226.642	134.315.188
Total	**276.218.329**	**238.986.593**	**352.035.998**	**305.349.641**

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	3.304.310	3.089.417
Arrendamentos a Receber	-	-	2.088.756	1.975.231
Valores Residuais a Realizar (1)	-	-	1.215.554	1.114.186
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(2.075.579)	(1.955.086)
Valores Residuais a Balancear	-	-	(1.215.554)	(1.114.186)
Imobilizado de Arrendamento	57.610	58.307	6.698.199	6.536.478
Depreciações Acumuladas	(57.610)	(58.307)	(3.321.530)	(3.365.576)
Superveniências de Depreciações	21.762	22.059	1.272.932	1.240.627
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	194.676	190.790
Credores por Antecipação de Valor Residual	(21.762)	(22.059)	(2.058.502)	(2.051.422)
Outros Valores e Bens	-	-	2.046	2.037
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	**-**	**-**	**2.800.998**	**2.573.079**

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R$503.312 (31/12/2018- R$516.338).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas	-	-	6.815	9.371
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.301.755	1.336.888
De 1 a 5 Anos	-	-	1.990.964	1.740.022
Acima de 5 Anos	-	-	4.776	3.136
Total	**-**	**-**	**3.304.310**	**3.089.417**

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas	-	-	8.128	8.912
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.216.238	1.239.421
De 1 a 5 Anos	-	-	1.572.978	1.323.324
Acima de 5 Anos	-	-	3.654	1.422
Total	**-**	**-**	**2.800.998**	**2.573.079**

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Setor Privado	**275.100.365**	**238.402.463**	**350.916.654**	**304.765.355**
Indústria	53.728.646	50.869.652	54.671.234	52.541.944
Comércio	33.864.887	29.132.915	39.183.683	33.979.959
Instituições Financeiras	1.983.283	1.578.981	1.991.233	1.585.364
Serviços e Outros (1)	41.607.698	33.881.582	44.886.880	37.053.132
Pessoas Físicas	140.385.488	119.869.007	206.623.415	176.520.693
Cartão de Crédito	34.914.437	30.892.254	34.914.437	30.892.254
Crédito Imobiliário	37.218.524	32.438.358	37.218.524	32.438.358
Crédito Consignado	27.941.932	20.976.692	42.446.859	33.782.238
Financiamento e Leasing de Veículos	2.379.093	2.213.470	51.774.184	43.528.359
Outros (2)	37.931.503	33.348.233	40.269.411	35.879.484
Agricultura	3.530.363	3.070.326	3.560.209	3.084.263
Setor Público	**1.117.964**	**584.130**	**1.119.344**	**584.286**
Governo Estadual (3)	441.599	560.482	441.599	560.482
Governo Municipal	676.365	23.648	677.745	23.804
Total	**276.218.329**	**238.986.593**	**352.035.998**	**305.349.641**

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.
(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.
(3) Inclui, principalmente, operações de capital de giro.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

		Banco 31/12/2019					
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	121.753.569	-	121.753.569	-	-	-
A	0,5%	77.795.391	-	77.795.391	388.977	-	388.977
B	1%	23.816.916	2.120.722	25.937.638	259.376	17	259.393
C	3%	19.823.183	1.966.467	21.789.651	653.690	1.665	655.355
D	10%	7.926.118	2.088.778	10.014.896	1.001.490	1.547.683	2.549.173
E	30%	2.266.765	2.323.208	4.589.973	1.376.992	659.874	2.036.866
F	50%	1.769.671	1.475.413	3.245.084	1.622.542	447.224	2.069.766
G	70%	1.450.313	1.225.377	2.675.689	1.872.983	418.317	2.291.300
H	100%	2.734.332	5.676.805	8.411.137	8.411.137	-	8.411.137
Total		**259.336.258**	**16.876.770**	**276.213.028**	**15.587.187**	**3.074.780**	**18.661.967**

		Banco 31/12/2018					
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	97.577.221	-	97.577.221	-	-	-
A	0,5%	70.680.546	-	70.680.546	353.403	263.816	617.219
B	1%	17.262.081	3.256.203	20.518.284	205.183	355.940	561.123
C	3%	19.236.302	2.331.011	21.567.313	647.019	1.051.658	1.698.677
D	10%	8.418.782	2.552.645	10.971.427	1.097.143	-	1.097.143
E	30%	2.368.666	1.656.361	4.025.027	1.207.508	-	1.207.508
F	50%	1.567.663	1.388.291	2.955.954	1.477.977	-	1.477.977
G	70%	598.233	1.160.961	1.759.194	1.231.436	-	1.231.436
H	100%	3.126.714	5.716.357	8.843.071	8.843.071	-	8.843.071
Total		**220.836.208**	**18.061.829**	**238.898.037**	**15.062.740**	**1.671.414**	**16.734.154**

		Consolidado 31/12/2019					
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	141.210.954	(23.199)	141.187.755	-	-	-
A	0,5%	120.434.015	-	120.434.015	602.170	20.772	622.942
B	1%	29.095.941	3.746.497	32.842.438	328.424	18	328.442
C	3%	21.140.394	3.371.115	24.511.508	735.345	1.664	737.009
D	10%	8.368.581	2.820.515	11.189.096	1.118.910	1.547.683	2.666.593
E	30%	2.332.530	2.835.000	5.167.530	1.550.259	659.875	2.210.134
F	50%	1.859.486	1.812.213	3.671.699	1.835.850	447.224	2.283.073
G	70%	1.482.247	1.458.609	2.940.856	2.058.599	418.318	2.476.917
H	100%	2.943.753	7.139.229	10.082.982	10.082.982	-	10.082.982
Total		**328.867.901**	**23.159.979**	**352.027.880**	**18.312.539**	**3.095.554**	**21.408.092**

		Consolidado 31/12/2018					
		Carteira de Créditos			Provisão		
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	115.358.812	-	115.358.812	-	-	-
A	0,5%	107.768.431	-	107.768.431	538.842	281.900	820.742
B	1%	21.289.830	4.838.249	26.128.079	261.281	355.940	617.221
C	3%	20.577.623	3.667.376	24.244.999	727.350	1.051.658	1.779.008
D	10%	8.823.284	3.164.178	11.987.462	1.198.746	-	1.198.746
E	30%	2.435.111	2.010.053	4.445.164	1.333.549	-	1.333.549
F	50%	1.718.727	1.671.879	3.390.606	1.695.303	-	1.695.303
G	70%	611.648	1.360.348	1.971.996	1.380.397	-	1.380.397
H	100%	3.232.551	6.731.606	9.964.157	9.964.157	-	9.964.157
Total		**281.816.017**	**23.443.689**	**305.259.706**	**17.099.625**	**1.689.498**	**18.789.123**

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.
(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.
(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R$ 5.301 (31/12/2018- R$88.556) no Banco e R$ 8.118 (31/12/2018- R$89.935) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.VI.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	**16.734.154**	**15.867.217**	**18.789.123**	**17.461.974**
Constituições Líquidas das Reversões	13.431.661	10.605.611	16.066.253	12.684.362
Baixas	(11.503.848)	(9.738.674)	(13.447.284)	(11.357.213)
Saldo Final	**18.661.967**	**16.734.154**	**21.408.092**	**18.789.123**
Créditos Recuperados (1)	**2.612.708**	**1.952.060**	**2.618.508**	**2.207.915**

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R$ 345.631 (2018 - R$65.394) no Banco e R$ 156.818 (2018 - R$85.903) no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Renegociados	13.752.395	13.811.093	16.292.323	15.021.047
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.525.483)	(7.764.696)	(8.283.230)	(8.065.913)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	54,7%	56,2%	50,8%	53,7%

h) Concentração de Crédito

	Consolidado 31/12/2019		Consolidado 31/12/2018	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	**Risco**	**%**	**Risco**	**%**
Maior Devedor	4.207.082	0,9%	3.679.300	0,9%
10 Maiores	30.837.795	6,9%	26.626.231	6,8%
20 Maiores	48.360.114	10,9%	42.775.942	10,9%
50 Maiores	78.111.867	17,6%	69.956.141	17,9%
100 Maiores	102.168.739	23,0%	92.337.154	23,6%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.
(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.
(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	72.686.870	67.730.808
Câmbio Comprado a Liquidar	51.666.587	39.564.763
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(153.239)	(109.179)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	97.756	101.894
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	207.139	85.102
Total	**124.505.113**	**107.373.388**
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	74.013.458	72.067.100
Obrigações por Compra de Câmbio	50.036.741	34.403.569
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.054.424)	(6.125.308)
Outros	107	102
Total	**117.995.882**	**100.345.463**
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	845.095	1.580.005
Créditos de Exportação Confirmados	2.512.489	194.823

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	992.552	562.324	2.804.768	569.457
Caixas de Registro e Liquidação	457	-	712	107
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	16.650	179.853	334.757	455.041
Bolsas - Depósitos em Garantia	486.995	110.830	486.995	110.830
Outros (1)	829.212	775.356	847.286	775.356
Total	**2.325.866**	**1.628.363**	**4.474.518**	**1.910.791**
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.056.647	714.564	2.897.003	721.169
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.392	105.839	253.128	485.082
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	492.209	359.622
Caixas de Registro e Liquidação	282	-	61.191	140.052
Comissões e Corretagens a Pagar	1.966	1.370	3.712	2.638
Outros	116	11.725	118	11.734
Total	**1.063.403**	**833.498**	**3.707.361**	**1.720.297**

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Banco			
	Saldo em 31/12/2018	Constituição (4)	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.717.258	6.876.316	(4.545.917)	14.047.657
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.359.671	676.774	(533.181)	1.503.264
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.191.066	1.156.308	(806.344)	1.541.030
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.867.983	1.220.696	(838.738)	2.249.941
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.459.145	5.312.850	(5.679.730)	2.092.265
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "*Hedges*" de Fluxo de Caixa (1)	383.413	-	(306.437)	76.976
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.109.912	897.934	(125.034)	1.882.812
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	410.087	625.899	(599.051)	436.935
Outras Provisões Temporárias (3)	3.053.032	886.759	(58.500)	3.881.291
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**23.551.567**	**17.653.536**	**(13.492.932)**	**27.712.171**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	478.528	-	(478.528)	-
Contribuição Social - MP 2.158/2001	417.464	-	(55.224)	362.240
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**24.447.559**	**17.653.536**	**(14.026.684)**	**28.074.411**

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2018	Constituição (4)	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.146.128	7.910.559	(5.095.068)	15.961.619
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.470.536	768.800	(621.521)	1.617.815
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.994.094	1.211.710	(838.451)	2.367.353
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.994.195	1.261.142	(866.867)	2.388.470
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.461.985	5.313.556	(5.680.071)	2.095.470
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "*Hedges*" de Fluxo de Caixa (1)	427.108	33.306	(306.437)	153.977
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.119.330	906.778	(129.047)	1.897.061
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	452.046	694.941	(650.168)	496.819
Outras Provisões Temporárias (3)	3.252.443	1.020.948	(118.182)	4.155.209
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	**26.317.865**	**19.121.740**	**(14.305.812)**	**31.133.793**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	928.752	64.409	(584.823)	408.338
Contribuição Social - MP 2.158/2001	417.463	-	(55.223)	362.240
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**27.664.080**	**19.186.149**	**(14.945.858)**	**31.904.371**

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.
(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.
(4) Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL para bancos de qualquer espécie, conforme emenda Constitucional nº 103/19 (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários não ativados totalizaram R$209.771 (31/12/2018 - R$259.824) no Banco e R$209.771 (31/12/2018 - R$318.155) no Consolidado, com expectativa de realização acima de 10 anos.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Banco 31/12/2019				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	CSLL 18%	Total Registrados
2020	4.691.806	3.725.820	70.785	362.240	8.850.651
2021	4.394.088	3.530.527	70.785	-	7.995.400
2022	4.007.794	3.221.483	70.785	-	7.300.062
2023	415.095	340.722	-	-	755.817
2024	1.112.402	841.147	-	-	1.953.549
2025 a 2027	364.820	291.856	-	-	656.676
2028 a 2029	300.621	261.635	-	-	562.256
Total	**15.286.626**	**12.213.190**	**212.355**	**362.240**	**28.074.411**

	Consolidado 31/12/2019				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	CSLL 18%	Total Registrados
2020	5.297.736	4.088.386	73.265	362.240	9.915.564
2021	4.882.050	3.828.122	73.266	-	8.847.807
2022	4.475.897	3.507.283	73.266	-	8.080.631
2023	478.451	377.325	-	-	878.970
2024	1.610.347	1.083.103	-	-	2.732.566
2025 a 2027	368.737	293.284	-	-	825.193
2028 a 2029	320.087	303.188	-	-	623.640
Total	**17.433.305**	**13.480.691**	**219.797**	**362.240**	**31.904.371**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R$25.724.592 (31/12/2018 - R$22.054.923) no Banco e R$29.133.062, (31/12/2018 - R$24.785.205) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	28.854.952	25.811.419	28.973.079	25.955.382
Direitos Creditórios (1)	28.984.542	21.190.997	31.820.361	24.622.605
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.644.233	5.035.103	7.445.344	6.834.114
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.022.832	2.038.755	2.208.429	2.155.863
Outros - Cíveis	1.057.348	1.154.478	1.319.644	1.361.530
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	103.272	525.155	103.272	605.638
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.238.982	2.897.838	3.320.147	3.864.816
Pagamentos a Ressarcir	196.039	168.933	225.380	191.469
Adiantamentos Salariais/Outros	100.128	79.297	325.185	141.553
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	283.046	223.302	346.422	273.281
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	653.347	472.642	713.936	472.642
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	44.457	32.532	18.842	18.796
Outros	1.284.510	986.999	3.015.028	1.832.437
Total	**71.467.688**	**60.617.450**	**79.835.069**	**68.330.126**

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de *"Confirming"* com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
(2) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco.

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade *offshore* que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade *offshore* que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(3)		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	**124.944.302**	**92.861.348**	**19.955.679**	**11.193.937**	**3.850.302**	**3.588.365**
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	**124.944.302**	**92.861.348**	**19.955.392**	**11.193.591**	**3.850.302**	**3.588.365**
Disponibilidades	3.205.293	4.810.743	162.231	27.433	319.152	172.752
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.116.739	18.932.358	1.941.192	2.507.169	2.582.385	1.731.210
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	63.736.330	47.969.178	1.002.697	543.737	16.799	62.226
Operações de Crédito (1)	16.466.558	13.620.719	16.570.321	8.053.459	590.941	1.559.244
Carteira de Câmbio	4.145.245	5.449.633	167.985	27.384	-	-
Outros	3.274.137	2.078.717	110.966	34.409	341.025	62.933
Ativo Permanente	**-**	**-**	**287**	**346**	**-**	**-**
Passivo	**124.944.302**	**92.861.348**	**19.955.679**	**11.193.937**	**3.850.302**	**3.588.365**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	**70.332.537**	**47.276.437**	**15.429.041**	**7.184.013**	**303.219**	**43.037**
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	10.798.572	6.778.080	2.469.606	525.047	29.766	29.165
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.999.864	4.451.782	6.235.813	-	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	10.175.961	9.782.372		-		-
Obrigações por Empréstimos (2)	24.297.747	16.095.088	6.318.373	6.581.247	-	-
Carteira de Câmbio	4.120.196	5.397.345	168.134	27.542	-	
Outros	5.940.197	4.771.770	237.115	50.177	273.453	13.872
Resultados de Exercícios Futuros	**119**	**136**	**12.331**	**-**	**29**	**14.375**
Patrimônio Líquido	**54.611.646**	**45.584.775**	**4.514.307**	**4.009.924**	**3.547.054**	**3.530.953**
	01/01 a 31/12/2019	**01/01 a 31/12/2018**	**01/01 a 31/12/2019**	**01/01 a 31/12/2018**	**01/01 a 31/12/2019**	**01/01 a 31/12/2018**
Resultado do Período	**2.606.115**	**2.417.025**	**338.068**	**133.150**	**(10.868)**	**96.308**

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.
(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.
(3) A moeda funcional é o Real (Nota 3.b).

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Participações em Coligadas e Controladas
a) Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas, Participação Direta e Indireta

		31/12/2019			
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil Santander Leasing)	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio) [1]	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. [2]	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) [3] [27]	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM [4]	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras Atividades	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A. [5]	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) [6]	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Atual Serviços de Recuperação de Créditos) [7] [17]	Recuperação de Créditos Inadimplidos	1.179.334	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. [8]	Holding	354.645	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A. [9]	Outras Atividades	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios) [10]	Outras Atividades	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A. [11]	Outras Atividades	10.001	-	100,00%	100,00%
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) [27]	Instituição de Pagamento	90.724	-	100,00%	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Banco Olé Consignado) [12] [27]	Banco	261.359	-	60,00%	60,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. [13]	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (PI DTVM) [14]	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A. [15]	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%

		31/12/2019			
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Return Capital) [16] [17]	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	100,00%
Controlada da Return Capital					
Return Gestão de Recursos S.A. (Return Gestão de Recursos) [16]	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) [18]	Securitização	-	-	0,00%	0,00%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP) [19]	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito) [20]	Birô de Crédito	3.560	3.560	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda. [21]	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A. [22]	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	68.771	-	18,98%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) [23]	Corretora de Seguros	450	-	-	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	-	50,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A. [24]	Outras Atividades	14.400	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda. (SMPS Brasil - atual denominação social da Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda). [26]	Outras Atividades	-	-	-	0,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop) [25]	Outras Atividades	23.243	-	-	51,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	510.301	-	-	18,98%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	517.505	-	-	18,98%
Controladas do Olé Consignado					
Crediperto Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	60,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	60,00%
Coligada do Banco Santander					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	29,00%	29,00%

b) Valor dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.762.769	46.996	4.528.041	4.520.381	36.928	255.505
Banco Bandepe S.A.	5.277.643	242.125	5.277.643	4.193.144	242.125	198.597
Santander Brasil EFC	3.547.055	(10.868)	3.547.055	3.530.953	(10.868)	96.308
Santander Corretora de Seguros	3.002.236	446.908	3.002.236	2.556.667	446.908	362.292
Getnet S.A.	2.611.765	585.384	2.611.765	1.916.271	581.422	427.245
Ágio na Aquisição de Participação Residual da Getnet S.A. [5]	-	-	1.080.439	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	1.314.842	258.022	524.503	474.285	102.927	88.010
Atual Serviços de Recuperação de Créditos	1.340.589	25.641	1.322.052	269.655	25.660	20.984
Sancap	1.040.469	271.976	1.040.469	435.968	271.895	48.750
Banco Olé Consignado [27]	1.543.796	510.276	926.278	-	31.859	-
Aymoré CFI	937.539	608.780	937.539	2.191.024	608.780	906.976
Santander CCVM	646.400	98.300	646.400	595.575	98.299	68.198
Santander Brasil Consórcio	424.956	202.853	424.956	318.115	202.853	143.799
Outros [28]	1.181.014	49.185	941.417	468.739	85.627	(6.104)
Total			**26.810.793**	**21.470.777**	**2.724.415**	**2.610.560**

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
		01/01 a			01/01 a	01/01 a
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	496.077	65.847	94.155	81.658	12.498	(6.928)
Gestora de Crédito	238.719	(56.769)	47.744	59.099	(11.354)	(6.466)
Webmotors S.A.	180.629	61.212	126.440	103.945	42.847	30.625
Norchem Holdings	97.711	2.650	21.252	20.933	576	585
Cibrasec	-	767	-	7.298	202	194
Norchem Participações	42.160	1.949	21.080	26.105	975	1.120
EBP	35.007	1.790	3.889	3.690	199	(1.017)
Santander Auto	24.748	(4.339)	12.374	7.556	(2.169)	55
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	1.868	(132)	934	-	(66)	-
PSA Corretora	1.081	1.313	540	1.206	656	464
Outras [28]	-	-	5.266	5.262	-	280
Total			**333.674**	**316.752**	**44.364**	**18.912**

[1] Em AGE realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$79.537 passando de R$95.349 para R$174.886 dividido em 174.885.602 quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada. Em AGE realizada em 15 de agosto de 2019, foi aprovado um aumento do capital social, com base em reservas estatutárias, no valor de R$64.000 passando de R$R$174.886 para R$238.886 dividido em 238.885.602 quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada.
[2] Em AGE realizada em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$2.000.000, passando de R$2.787.689 para R$4.787.689, mediante a emissão de 1.405.667 (um milhão, quatrocentas e cinco mil, seiscentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 50% do aumento do capital social. Em 16 de setembro de 2019, foi efetuada a integralização dos 50% remanescentes.
[3] Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$137.880 passando de R$726.561 para R$864.441 sem a emissão de novas ações.
[4] Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$1.689 passando de R$296.000 para R$297.689 sem a emissão de novas ações. Em AGE realizada em 15 de agosto de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$60.000 passando de R$297.689 para R$357.689 sem a emissão de novas ações.
[5] Em 25 de fevereiro de 2019, o Banco Santander adquiriu a totalidade das ações dos Minoritários da Getnet S.A., correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., conforme "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A.", com aprovação pelo Bacen em 18 de fevereiro de 2019 (Nota 37.f).
[6] Em AGE realizada em 02 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$200.000 passando de R$347.135 para R$547.135 representado por 17.114.176.389 (dezessete bilhões, cento e quatorze milhões, cento e setenta e seis mil e trezentas e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em AGE realizada em 11 de novembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$300.000 passando de R$547.135 para R$847.135 representado por 23.538.159.258 (vinte e três bilhões, quinhentas e trinta e oito milhões, cento e cinquenta e nove mil e duzentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
[7] Na AGE realizada em 31 de janeiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$100.000, mediante a emissão de 92.174.394 (noventa e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentas e noventa e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$270.000 para R$370.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Em AGE realizada em 25 de junho de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$375.000 passando de R$370.000 para R$745.000 mediante a emissão de 335.240.479 (trezentas e trinta e cinco milhões, duzentas e quarenta mil, quatrocentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 25 de julho de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$100.000 passando de R$745.000 para R$845.000 mediante a emissão de 89.007.566 (oitenta e nove milhões, sete mil, quinhentas e sessenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 25 de setembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$195.000 passando de R$845.000 para R$1.040.000 mediante a emissão de 171.775.899 (cento e setenta um milhões, setecentas e setenta e cinco mil, oitocentas e noventa e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 23 de outubro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$257.000 passando de R$1.040.000 para R$1.297.000 mediante a emissão de 225.715.791 (duzentas e vinte e cinco milhões, setecentas e quinze mil e setecentas e noventa e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
[8] Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos. A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, inclusive a prévia autorização pelo Bacen (Nota 37.e). Em AGE realizada em 18 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$86.000 passando de R$24.500 para R$110.500 mediante a emissão de 108.271.434 (cento e oito milhões, duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 30 de maio de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$119.162 passando de R$110.500 para R$229.662 mediante a emissão de 151.009.682 (cento e cinquenta e um milhões, nove mil, seiscentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,7891 por ação. Em AGE realizada em 20 de setembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$45.250 passando de R$229.662 para R$274.642 mediante a emissão de 57.894.063 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e sessenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 06 de novembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$10.000 passando de R$274.642 para R$284.642 mediante a emissão de 12.970.169 (doze milhões, novecentos e setenta mil, cento e sessenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
[9] Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda em junho de 2018.
[10] Sociedade constituída em 11 de junho de 2018 (Nota 37.i). Em AGE realizada em 27 de março de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$49.999, passando de R$45.001 para R$90.000, mediante a emissão de 44.999.000 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 100% do aumento do capital social.
[11] Sociedade constituída em 14 de agosto de 2018 com início de suas atividades em novembro de 2018 (Nota 37.g).
[12] Em AGE de 9 de fevereiro de 2018, os acionistas do Banco Olé Consignado, aprovaram o aumento de capital social no valor de R$120.000, passando de R$400.000 para R$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE, na proporção de suas respectivas participações no capital social. O aumento do capital social foi aprovado pelo Bacen em 15 de março de 2018.
[13] A Sociedade pré-operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., foi constituída em 11 de abril de 2018 e transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A. em 13 de dezembro de 2018. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional efetivo da sociedade (Nota 37.l.i). Na AGE realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$200.000, mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R$100.000 para R$300.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelos acionistas Aymoré Financiamentos CFI no montante de R$100.000 e Hyundai Capital Services Inc. no montante de R$100.000.
[14] Em AGE realizada em 3 de maio de 2018, os acionistas da Sociedade aprovaram sua transformação para uma companhia distribuidora de títulos e valores mobiliários, e a alteração de sua denominação social para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de transformação foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em AGE realizada em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aprovou a alteração de sua denominação social para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019 (Nota 37.m).
[15] Em AGE realizada em 02 de abril de 2019, foi aprovado aumento do capital social no valor de R$200.000 passando de R$250.000 para R$450.000 mediante a emissão de 12.987.012.987 (doze bilhões, novecentas e oitenta e sete milhões, doze mil e novecentas e oitenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 11 de novembro de 2019, foi aprovado aumento do capital social no valor de R$300.000 passando de R$450.000 para R$750.000 mediante a emissão de 17.241.379.310 (dezessete bilhões, duzentas e quarenta e um milhões, trezentas e setenta e nove mil e trezentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
[16] Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A. para Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A. para Return Gestão de Recursos S.A. Em AGE realizada em 11 de novembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 300.000 mediante a emissão de 17.241.379.310 (dezessete bilhões, duzentas e quarenta e um milhões, trezentas e setenta e nove mil e trezentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
[17] Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos concluiu a aquisição das ações de emissão da Return Capital Serviços e Recuperação de Créditos S.A. pelo valor de R$17.000, anteriormente detidas pelos acionistas minoritários, equivalentes a 30% do capital social da companhia (Nota 37.b).
[18] Até 23 de julho de 2019, o Banco possuía participação inferior a 20%, não havendo bloco de controle na Cibrasec, sendo as decisões tomadas em conjunto pelos acionistas. Em 24 de julho de 2019, foram vendidas a totalidade de ações da Cibrasec.
[19] Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. A EBP deixou de exercer suas atividades em 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018. A Sociedade está em processo de liquidação.
[20] Sociedade constituída em 14 de abril de 2017 que se encontra em fase pré-operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre a totalidade de seus acionistas que detém 20% do seu capital social cada (Nota 37.k).
[21] Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., atualmente sócia da Campo Grande Empreendimentos Ltda. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da Sociedade, que depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, os sócios procederão a liquidação da Sociedade com a devida apuração de haveres.
[22] Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre Santander Corretora de Seguros e Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
[23] Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
[24] Sociedade seguradora constituída em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Sancap e a HDI Seguros S.A. (Nota 37.j). Em 31 de julho de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital da Santander Auto S.A. no montante de R$14.000 sendo R$7.000 da controladora Sancap Investimentos e Participações S.A e R$7.000 da HDI Seguros S.A, passando seu capital de R$15.000 para R$29.000 mediante a emissão de 13.801.262 (treze milhões, oitocentas e uma mil e duzentas e sessenta e duas) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
[25] Investimento adquirido em 25 de setembro de 2018 (Nota 37.h).
[26] Em AGE realizada em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a cisão parcial da Integry Tecnologia e Serviços AHU Ltda., com versão da parcela cindida de seu patrimônio para a Getnet (Nota 37.c). Na AGE de 16 de dezembro de 2019, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda. ("SMPS Brasil"). Em 20 de dezembro de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda da totalidade das ações da companhia pelo valor de R$3 milhões pela Santander Merchant Platform Solutions (Espanha).
[27] Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander. Em 20 de dezembro de 2020, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R$1,6 bilhão, a ser pago na data de fechamento da Operação. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições suspensivas usuais nesse tipo de transação. Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré CFI teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária detida no Banco Olé Consignado e na Super Pagamentos para o Banco Santander. Em 23 de dezembro de 2019, foram cumpridas as condições necessárias para conclusão da operação de forma que Olé Consignado e Super Pagamentos passaram a ser diretamente controladas pelo Banco Santander (Nota 37.a & Nota 37.d).
[28] No Banco, é composto pelos investimentos detidos nas empresas citadas anteriormente. No Consolidado, é composto, principalmente, pela parcela de ágio alocada na Webmotors.

15. Imobilizado de Uso

	Banco			
			31/12/2019	31/12/2018
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.467.216**	**(793.946)**	**1.673.270**	**1.737.134**
Terrenos	651.442	-	651.442	653.135
Edificações	1.815.774	(793.946)	1.021.828	1.083.999
Outras Imobilizações de Uso	**13.818.040**	**(9.277.142)**	**4.540.898**	**4.088.273**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.398.243	(2.414.576)	1.983.667	1.571.414
Sistemas de Processamento de Dados	3.913.398	(3.268.508)	644.890	445.450
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.211.320	(2.738.651)	1.472.669	1.498.849
Sistemas de Segurança e Comunicações	836.263	(613.265)	222.998	252.152
Outras	458.816	(242.142)	216.674	320.408
Total	**16.285.256**	**(10.071.088)**	**6.214.168**	**5.825.407**

	Consolidado			
			31/12/2019	31/12/2018
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	**2.753.149**	**(828.692)**	**1.924.457**	**1.909.959**
Terrenos	718.846	-	718.846	686.520
Edificações	2.034.303	(828.692)	1.205.611	1.223.439
Outras Imobilizações de Uso	**15.483.559**	**(10.226.928)**	**5.256.631**	**4.588.533**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.504.586	(2.447.164)	2.057.422	1.669.541
Sistemas de Processamento de Dados	4.157.481	(3.391.161)	766.320	582.191
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.285.429	(2.793.292)	1.492.137	1.516.040
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.045.028	(1.350.619)	694.409	496.475
Outras	491.035	(244.692)	246.343	324.286
Total	**18.236.708**	**(11.055.620)**	**7.181.088**	**6.498.492**

16. Intangível

	Banco			
			31/12/2019	31/12/2018
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**26.496.592**	**(26.221.847)**	**274.745**	**283.474**
Outros Ativos Intangíveis	**8.485.328**	**(4.707.817)**	**3.777.511**	**3.296.078**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	4.932.976	(3.081.900)	1.851.076	1.314.786
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.346.025	(1.419.683)	1.926.342	1.933.538
Outros	206.327	(206.234)	93	47.754
Total	**34.981.920**	**(30.929.664)**	**4.052.256**	**3.579.552**

	Consolidado			
			31/12/2019	31/12/2018
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas [1]	**29.050.911**	**(27.439.099)**	**1.611.812**	**661.634**
Outros Ativos Intangíveis	**9.196.813**	**(5.095.827)**	**4.100.986**	**3.525.818**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	5.556.110	(3.437.312)	2.118.798	1.517.731
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.346.025	(1.419.683)	1.926.342	1.933.538
Outros	294.678	(238.832)	55.846	74.549
Total	**38.247.724**	**(32.534.926)**	**5.712.798**	**4.187.452**

[1] Inclui, em 2019, a aquisição da parcela minoritária da Getnet, no montante de R$1.178.661.

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
a) Depósitos

	Banco					
					31/12/2019	31/12/2018
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	29.392.188	-	-	-	29.392.188	20.531.035
Depósitos de Poupança	49.039.857	-	-	-	49.039.857	46.068.346
Depósitos Interfinanceiros	-	2.368.718	2.204.368	100.686	4.673.772	6.579.524
Depósitos a Prazo [1]	80.064	57.045.516	74.852.831	59.127.938	191.106.349	185.907.537
Total	**78.512.109**	**59.414.234**	**77.057.199**	**59.228.624**	**274.212.166**	**259.086.442**

	Consolidado					
					31/12/2019	31/12/2018
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	29.107.534	-	-	-	29.107.534	18.831.579
Depósitos de Poupança	49.039.857	-	-	-	49.039.857	46.068.346
Depósitos Interfinanceiros	305.107	1.630.419	1.522.470	841.294	4.299.290	3.065.406
Depósitos a Prazo (1)	86.696	57.076.635	73.932.863	59.248.276	190.344.470	184.098.307
Outros Depósitos	-	-	136.840	-	136.840	8.606
Total	**78.539.194**	**58.707.054**	**75.592.173**	**60.089.570**	**272.927.991**	**252.072.244**

[1] Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

	Banco				
				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	95.012.791	2.215.147	159.745	97.387.683	89.308.822
Títulos Públicos	85.534.703	2.186.979	159.745	87.881.427	82.331.057
Títulos de Emissão Própria	68.454	18.141	-	86.595	216.684
Outros	9.409.634	10.027	-	9.419.661	6.761.081
Carteira de Terceiros	8.743.348	-	-	8.743.348	15.200.913
Carteira de Livre Movimentação	4.453.655	1.514.928	17.532.833	23.501.416	32.440.445
Total	**108.209.794**	**3.730.075**	**17.692.578**	**129.632.447**	**136.950.180**

	Consolidado				
				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	89.321.333	2.215.147	159.745	91.696.225	85.178.225
Títulos Públicos	79.843.245	2.186.979	159.745	82.189.969	78.200.460
Títulos de Emissão Própria	68.454	18.141	-	86.595	216.684
Outros	9.409.634	10.027	-	9.419.661	6.761.081
Carteira de Terceiros	8.743.348	-	-	8.743.348	14.200.914
Carteira de Livre Movimentação	4.453.656	1.514.928	17.532.833	23.501.417	32.440.445
Total	**102.518.337**	**3.730.075**	**17.692.578**	**123.940.990**	**131.819.584**

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banco				
				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**12.178.063**	**30.267.166**	**26.271.049**	**68.716.278**	**70.109.242**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	2.879.935	7.487.554	14.627.776	24.995.265	27.159.984
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.865.422	9.735.339	2.176.116	14.776.877	11.925.018
Letras Financeiras - LF [2]	6.432.706	13.044.273	8.110.361	27.587.340	30.720.861
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG [3]	-	-	1.356.796	1.356.796	303.379
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**3.299.520**	**12.996.402**	**3.123.591**	**19.419.513**	**4.516.647**
Eurobonds	3.299.520	12.996.402	3.123.591	19.419.513	4.516.647
Certificados de Operações Estruturadas	**829.709**	**946.366**	**1.667.502**	**3.443.577**	**2.646.215**
Total	**16.307.292**	**44.209.934**	**31.062.142**	**91.579.368**	**77.272.104**

	Consolidado				
				31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	**-**	**34.240**	**1.557.513**	**1.591.753**	**1.318.895**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	**12.178.063**	**31.389.054**	**28.644.786**	**72.211.903**	**73.631.474**
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	2.879.936	7.487.554	14.627.775	24.995.265	27.159.982
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.865.422	9.735.339	2.176.116	14.776.877	11.925.018
Letras Financeiras - LF [2]	6.432.705	14.166.161	10.484.099	31.082.965	34.243.095
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG [3]	-	-	1.356.796	1.356.796	303.379
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	**2.640.060**	**3.247.602**	**2.827.720**	**8.715.382**	**4.516.647**
Eurobonds

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Depósitos a Prazo (1) (2)	10.367.577	11.684.986	9.346.184	11.687.184
Depósitos de Poupança	2.041.669	2.004.846	2.041.669	2.004.846
Depósitos Interfinanceiros	399.870	693.396	192.911	223.331
Captação no Mercado Aberto	9.458.914	8.957.850	9.301.152	7.980.271
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	109.282	112.006
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.318.896	7.739.981	7.635.685	8.046.128
Outras (3)	585.304	609.354	587.670	589.048
Total	**30.172.230**	**31.690.413**	**29.214.553**	**30.642.814**

(1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui o registro de juros no valor de R$503.540 no Banco e no Consolidado (2018 - R$778.404), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).
(2) Em 31 de dezembro de 2019, inclui receita de variação cambial no valor de R$1.207.360 no Banco e no Consolidado (2018 - despesa de variação cambial no valor de R$2.514.803).
(3) Em 31 de dezembro de 2019, inclui despesa de variação cambial no valor de R$254.437 no Banco e no Consolidado (2018 - despesa de variação cambial no valor de R$33.221).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

Banco				
			31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no Exterior	**18.345.872**	**25.524.786**	**1.788.469**	**45.659.127**	**34.305.601**
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	11.634.406	19.818.154	341.549	31.794.109	24.960.596
Outras Linhas de Crédito	6.711.466	5.706.632	1.446.920	13.865.018	9.345.005
Obrigações por Repasses do País	**1.074.939**	**2.622.699**	**8.056.939**	**11.754.577**	**13.267.246**
Total	**19.420.811**	**28.147.485**	**9.845.408**	**57.413.704**	**47.572.847**

Consolidado				
			31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	**9.697**	**23.888**	**13.803**	**47.388**	**96.570**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	**15.764.342**	**25.524.785**	**1.788.469**	**43.077.596**	**32.574.976**
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	11.634.406	19.818.154	341.549	31.794.109	24.960.596
Outras Linhas de Crédito	4.129.936	5.706.631	1.446.920	11.283.487	7.614.380
Obrigações por Repasses do País	**1.074.939**	**2.622.699**	**8.056.939**	**11.754.577**	**13.267.246**
Total	**16.848.978**	**28.171.373**	**9.859.212**	**54.879.563**	**45.938.792**

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2023 (31/12/2018 - até o ano de 2023) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,28% a.a. a 3,8% a.a. (31/12/2018 - de 0,5% a.a. a 9,5% a.a.).
As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

18. Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos Tributários Diferidos	5.444.706	2.963.046	6.013.811	3.477.059
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	460.654	320.595
Impostos e Contribuições a Pagar	1.069.765	1.199.448	1.817.392	1.846.776
Total	**6.514.471**	**4.162.494**	**8.291.857**	**5.644.430**

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

Banco				
	Saldo em 31/12/2018	Constituição (4)	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	898.976	775.180	(100.160)	1.573.996
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa (1)	1.968.659	1.988.010	(219.340)	3.737.329
Superveniência de Arrendamento Mercantil	5.515	-	(74)	5.441
Outros	89.896	49.248	(11.204)	127.940
Total	**2.963.046**	**2.812.438**	**(330.778)**	**5.444.706**

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Constituição (4)	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	963.016	823.566	(100.161)	1.686.421
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa (1)	2.034.554	2.014.899	(241.804)	3.807.649
Superveniência de Arrendamento Mercantil	310.163	25.657	(17.580)	318.240
Outros	169.326	59.345	(27.170)	201.501
Total	**3.477.059**	**2.923.467**	**(386.715)**	**6.013.811**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Banco				
				31/12/2019
	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2020	896.339	715.602	173.107	1.785.048
2021	896.339	715.602	173.107	1.785.048
2022	896.339	715.602	173.108	1.785.049
2023	7.118	5.675	-	12.793
2024	7.118	5.675	-	12.793
2025 a 2027	21.354	17.027	-	38.381
2028 a 2029	14.239	11.355	-	25.594
Total	**2.738.846**	**2.186.538**	**519.322**	**5.444.706**

Consolidado				
				31/12/2019
	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2020	1.019.386	744.199	175.967	1.939.552
2021	1.016.593	743.194	175.670	1.935.457
2022	976.634	742.419	175.671	1.894.724
2023	44.092	6.493	-	50.585
2024	44.092	6.493	-	50.585
2025 a 2027	93.987	19.076	-	113.063
2028 a 2029	17.258	12.587	-	29.845
Total	**3.212.042**	**2.274.461**	**527.308**	**6.013.811**

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definida nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

Banco/Consolidado						
					31/12/2019	31/12/2018
CDB Subordinado	**Emissão**	**Vencimento (1)**	**Valor de Emissão (em Milhões)**	**Taxa de Juros (a.a.)**	**Total**	**Total**
Notes (2)	janeiro/14	Sem Prazo (Perpétuo)	R$3.000	7,375%	-	4.906.880
Notes (2)	janeiro/14	janeiro/24	R$3.000	6,000%	-	4.978.727
Total					**-**	**9.885.607**

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
(2) Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 20).

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U$2,5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018. (Nota 25.e).
Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US$2,5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.
Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).
Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Banco/Consolidado						
					31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**Emissão**	**Vencimento**	**Valor de Emissão (em Milhões)**	**Taxa de Juros (a.a.) (1)**	**Total**	**Total**
Nível I (2)	novembro/18	Sem Prazo (Perpétuo)	US$1.250	7,250%	5.092.153	4.895.197
Nível II (2)	novembro/18	novembro/28	US$1.250	6,125%	5.083.808	4.887.175
Total					**10.175.961**	**9.782.372**

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.
(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.
As Notes possuem as seguintes características comuns:
(a) Valor unitário de, no mínimo, US$150 mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.
Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data, assim como a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).

21. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	2.402.614	1.874.147
Provisão Técnica para Operações de Previdência	-	-	1.901.721	1.797.008
Obrigações com Cartões de Crédito	27.526.591	24.618.008	36.188.873	37.420.024
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22.b) (2)	4.346.769	4.079.141	6.630.722	6.294.007
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b) (2)	6.179.885	6.688.400	6.739.988	7.231.458
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.a)	166.105	201.411	166.105	201.411
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	4.821.269	3.328.319	4.874.050	3.357.653
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	23.034	21.409	23.034	21.409
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	102.481	518.061	102.481	598.544
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	791	7.094	791	7.094
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.697.771	1.833.323	1.960.884	2.017.845
Despesas Administrativas	388.954	338.599	593.593	499.948
Outros Pagamentos	40.179	51.307	135.235	132.988
Credores por Recursos a Liberar	1.188.637	986.678	1.188.637	986.678
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	580.988	548.134	580.988	548.134
Fornecedores	437.208	546.702	1.242.839	1.427.014
Outras (1)	6.168.423	4.661.095	9.654.283	6.690.094
Total	**53.669.085**	**48.427.681**	**74.386.838**	**71.105.456**

(1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui impactos da variação cambial referentes a Notes e em 31 de dezembro de 2018, inclui os efeitos descritos na nota 34.a, relativos à redução de valor presente das obrigações atuariais.
(2) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco (Notas 22.b e 22.i).

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default,* baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Banco/Consolidado				
	31/12/2019		31/12/2018	
Tipo de Garantia Financeira	**Saldo Garantias Prestadas**	**Provisão**	**Saldo Garantias Prestadas**	**Provisão**
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	439.507	3.017	1.200.293	4.376
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	5.243.996	4.426	4.651.584	13.822
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.488.371	2.602	1.385.573	2.519
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	340.000	-	129.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.934.282	107.231	14.083.538	121.620
Outros Avais	276.506	1.334	48.359	928
Outras Fianças Bancárias	13.944.007	37.585	14.182.366	58.146
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.600.051	9.910	2.818.561	-
Total	**38.266.720**	**166.105**	**38.499.274**	**201.411**

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Banco/Consolidado		
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	**201.411**	**312.373**
Constituição (Nota 30)	13.380	20.406
Reversão (1) (Nota 30)	(48.686)	(131.368)
Saldo Final	**166.105**	**201.411**

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de *rating* ou provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

22. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21)	**4.346.769**	**4.079.141**	**6.630.722**	**6.294.007**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	**6.179.885**	**6.688.401**	**6.739.988**	**7.231.458**
Ações Trabalhistas	3.216.008	3.543.801	3.517.431	3.829.975
Ações Cíveis	2.963.877	3.144.600	3.222.557	3.401.483
Total	**10.526.654**	**10.767.542**	**13.370.710**	**13.525.465**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

Banco						
	01/01 a 31/12/2019			01/01 a 31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (3)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**4.079.141**	**3.543.801**	**3.144.600**	**4.279.109**	**3.240.115**	**2.241.047**
Constituição Líquida de Reversão (1) (4)	190.028	1.082.166	312.423	30.345	497.297	1.211.499
Atualização Monetária	139.412	80.637	261.528	148.976	626.736	249.611
Baixas por Pagamento	(61.812)	(1.490.596)	(754.674)	(3.432)	(820.347)	(557.557)
Outros (3)	-	-	-	(375.857)	-	-
Saldo Final	**4.346.769**	**3.216.008**	**2.963.877**	**4.079.141**	**3.543.801**	**3.144.600**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.580.209	1.074.497	621.366	1.355.802	1.133.506	613.221
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	10.630	17.913	24.441	22.459	19.315	29.003
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**1.590.839**	**1.092.410**	**645.807**	**1.378.261**	**1.152.821**	**642.224**

Consolidado						
	01/01 a 31/12/2019			01/01 a 31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (3)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**6.294.008**	**3.829.975**	**3.401.483**	**6.999.881**	**3.457.092**	**2.537.127**
Constituição Líquida de Reversão (1)(4)	197.158	1.137.392	491.755	28.011	503.565	1.278.557
Atualização Monetária	217.949	102.247	266.496	247.013	665.310	284.162
Baixas por Pagamento	(78.393)	(1.552.183)	(937.177)	(65.505)	(888.472)	(698.363)
Mudança no Escopo de Consolidação/Aquisição/ Incorporação e Reclassificações de Participações Societárias (Nota 14)	-	-	-	17.858	92.480	-
Outros	-	-	-	(933.250)	-	-
Saldo Final	**6.630.722**	**3.517.431**	**3.222.557**	**6.294.008**	**3.829.975**	**3.401.483**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.552.068	1.161.209	629.088	2.238.235	1.195.934	621.369
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	11.488	17.913	24.441	23.492	19.315	29.003
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**2.563.556**	**1.179.122**	**653.529**	**2.261.727**	**1.215.249**	**650.372**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.
(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.
(3) Em 2018, inclui os efeitos da adesão aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005.
(4) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco (Notas 21 e 22.i).
(5) Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, o Banco optou pelo pagamento dos valores discutidos.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e Cofins - R$1.903.369 no Banco e R$3.769.611 no Consolidado (31/12/2018 - R$1.841.342 no Banco e R$3.646.102 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.
Majoração de Alíquota da CSLL - R$112.548 no Consolidado (31/12/2018 - R$108.489 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos, exceto para a empresa Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil (RCI), que permanece aguardando julgamento.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.
Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R$906.355 (31/12/2018 - R$729.919) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente e, atualmente, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF 3). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R$282.046 no Banco e R$282.053 no Consolidado (31/12/2018 - R$273.225 no Banco e R$273.233 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.
Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$208.561 no Banco e R$224.631 no Consolidado (31/12/2018 - R$212.535 no Banco e R$228.403 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 22.h.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.
Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa, segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração ou, alternativamente, PLR, aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. A ação foi julgada procedente pelo Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que, por decisão monocrática, indeferiu o apelo. Uma ação rescisória foi proposta para desconstituir a decisão da ação principal e suspender a execução. Há uma decisão liminar vigente que autoriza a realização de atos executórios necessários para dar prosseguimento à execução até a penhora, ficando, no entanto, vedados quaisquer atos de apreensão de bens ou bloqueio de numerário até o julgamento da ação rescisória. Em 31 de dezembro de 2019, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:
Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
Planos Econômicos - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).
Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.
Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.
As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.
A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.
As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$25.568 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:
INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2019, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$5.052 milhões.
Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2019, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$3.139 milhões.
Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R$4.835 milhões.
Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.
Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).
i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores
Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R$102.481, R$213 e R$578 (31/12/2018 - R$518.061, R$327 e R$6.767 no Banco e R$598.544, R$327 e R$6.767 no Consolidado) no Banco e no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	90.069	115.785	205.854	82.043	107.699	189.742
De Domiciliados no Exterior	3.728.626	3.564.051	7.292.677	3.736.652	3.572.137	7.308.789
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em Tesouraria	(16.702)	(16.702)	(33.404)	(13.317)	(13.317)	(26.634)
Total em Circulação	**3.801.993**	**3.663.134**	**7.465.127**	**3.805.378**	**3.666.519**	**7.471.897**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.
Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.
Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório. O montante de R$7.800.000 de dividendos e JCP que serão pagos em fevereiro de 2020, estão registrados na rubrica de outras obrigações - sociais e estatutárias (R$4.800.000 em 2018);

	31/12/2019			
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio [1] [6]	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291
Juros sobre o Capital Próprio [2] [6]	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438
Juros sobre o Capital Próprio [3] [6]	1.000.000	127,6610	140,4271	268,0881
Juros sobre o Capital Próprio [4] [6]	1.010.000	128,9673	141,8641	270,8314
Dividendos Intercalares [5] [6]	6.790.000	953,7198	953,7198	1.820,7377
Total	**10.800.000**			

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, ordinárias - R$108,4475, preferenciais - R$129,1922 e Units - R$227,7397 líquidos de impostos e foram pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, ordinárias - R$108,4939, preferenciais - R$119,3433 e Units - R$227,8373 líquidos de impostos e foram pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[3] Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, ordinárias - R$108,5119, preferenciais - R$119,3631 e Units - R$227,8749 líquidos de impostos e foram pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[4] Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, ordinárias - R$109,6222, preferenciais - R$120,5644 e Units - R$230,2067 que serão pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[5] Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, ordinárias - R$867,0179, preferenciais - R$953,7197 e Units - R$1.829,7377 que serão pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[6] O valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

	31/12/2018			
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		
		Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio [1] [6]	600.000	76,3304	83,9634	160,2938
Dividendos Intercalares [2] [6]	600.000	76,4956	84,1451	160,6407
Juros sobre o Capital Próprio [3] [6]	600.000	76,4985	84,1484	160,6469
Juros sobre o Capital Próprio [4] [6]	2.880.000	367,4149	404,1564	771,5713
Dividendos Intercalares [5] [6]	1.920.000	244,9433	269,4376	514,3808
Total	**6.600.000**			

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2018, ordinárias - R$64,8808, preferenciais - R$71,3689 e Units - R$136,2497 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e pagos a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[3] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2018, ordinárias - R$65,0237, preferenciais - R$71,5261 e Units - R$136,5498 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[4] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018, ordinárias - R$312,3027, preferenciais - R$343,5329 e Units - R$655,8356 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[5] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018 e pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
[6] O valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio foi imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

c) Reservas
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:
Reserva Legal
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
Reservas de Capital
As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.
Reserva para Equalização de Dividendos
Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.
d) Ações em Tesouraria
Em reunião realizada em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 05 de novembro de 2019, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.
O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.256.072 Units, representativas de 37.256.072 ações ordinárias e 37.256.072 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2019, o Banco Santander possuía 15.843.587 ações ordinárias e 15.843.587 ações preferenciais em circulação.
A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 5 de novembro de 2019, encerrando-se em 04 de novembro de 2020.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2019	31/12/2018
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	**13.317**	**1.773**
Aquisições de Ações	6.465	15.816
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(3.080)	(4.272)
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	**16.702**	**13.317**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$679.364	R$460.550
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$1.771	R$882
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$681.135**	**R$461.432**
Custo/Cotação da Ação	**Units**	**Units**
Custo Mínimo(*)	R$7,55	R$7,55
Custo Médio Ponderado(*)	R$32,10	R$28,59
Custo Máximo(*)	R$49,55	R$43,84
Cotação da Ação	R$42,60	R$42,70

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.
e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados
O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados no valor de R$77.044 (31/12/2018 - R$2.788) e incentivos de longo prazo no valor de R$3.254 (31/12/2018 - R$1.707). Em 31 de dezembro de 2019, foi registrado no resultado o montante de R$92.497 (2018 - R$249) referente ao lucro não realizado.
f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado	
			01/01 a	01/01 a
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14)	790.340	714.671	(155.095)	(132.617)
Olé Consignado (Nota 14)	617.518	463.407	(204.111)	(138.527)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos [2]	-	301.707	(8.376)	(22.521)
Getnet S.A. (Nota 14)	-	249.007	(3.961)	(55.518)
Banco PSA (Nota 14)	131.222	155.399	(16.446)	(17.914)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I [1]	-	63.454	(4.117)	(11.150)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	148.589	51.072	2.494	(1.083)
Rojo Entretenimento S.A.	7.245	7.015	(230)	(166)
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	-	1.155	(2.584)	(1.150)
Santander Leasing (Nota 14)	447	447	(3)	(25)
Total	**1.695.361**	**2.007.334**	**(392.429)**	**(380.671)**

[1] Fundo de investimentos encerrado no primeiro semestre de 2019.
[2] Fundo de investimentos encerrado em dezembro de 2019.

24. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.
Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2018 foi de 11,0%, composto de 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,375% e o Capital Principal Mínimo para 6,875%.
Para o ano base 2019, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,5% e o Capital Principal Mínimo 7,0%.
Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência Nível I	66.481.661	61.476.715
Capital Principal	61.389.509	56.581.518
Capital Complementar (Nota 20)	5.092.153	4.895.197
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 20)	5.083.808	4.887.175
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**71.565.469**	**66.363.890**
Risco de Crédito [1]	407.786.238	358.955.592
Risco de Mercado [2]	20.235.208	39.231.773
Risco Operacional	47.965.481	42.375.554
Total de RWA [3]	**475.986.927**	**440.562.919**
Índice de Basileia Nível I	**13,97**	**13,95**
Índice de Basileia Capital Principal	**12,90**	**12,84**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**15,04**	**15,06**

[1] As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.
[2] Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias *commodities* (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).
[3] *Risk Weighted Assets* ou ativo ponderado pelo risco.
O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.
As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2019 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício (competência) de 2019, no montante de até R$400.000 (quatrocentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2019.
a.1) Benefícios de Curto Prazo
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.
Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração Fixa	91.009	92.193
Remuneração variável - Em espécie	71.126	48.775
Remuneração variável - Em ações	80.832	34.155
Outras	47.926	55.484
Total Benefícios de Curto Prazo	**290.893**	**230.607**
Remuneração variável - Em espécie	92.704	31.797
Remuneração variável - Em ações	102.046	30.060
Total Benefícios de Longo Prazo	**194.750**	**61.857**
Total (*)	**485.643**	**292.464**

(*) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência. Adicionalmente, no exercício de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$35.128 (2018 - R$37.545).
a.2) Benefícios de Longo Prazo
O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente à outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 34.f).
b) Rescisão do Contrato
A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.
c) Operações de Crédito
O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:
[1] seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
[2] seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
[3] em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
[4] pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
[5] pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
[6] pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
[7] pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
[8] pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.
d) Participação Acionária
A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2019					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. [1]	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) [1]	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. [1]	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%
Administradores [*]	4.525	0,1%	4.525	0,1%	9.050	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%
Total em Circulação	**3.801.993**	**99,6%**	**3.663.134**	**99,6%**	**7.465.127**	**99,6%**
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,4%	33.404	0,4%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" [2]	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2018					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. [1]	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
GES (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. [1]	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.986	0,1%	2.987	0,1%	5.973	0,1%
Administradores [*]	3.930	0,1%	3.930	0,1%	7.860	0,1%
Outros	359.242	9,4%	387.045	10,5%	746.287	9,9%
Total em Circulação	**3.805.378**	**99,7%**	**3.666.519**	**99,6%**	**7.471.897**	**99,6%**
Ações em Tesouraria	13.317	0,3%	13.317	0,4%	26.634	0,4%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" [2]	362.228	9,5%	390.032	10,6%	752.260	10,0%

[1] Empresas do Grupo Santander Espanha.
[2] Composto por Funcionários e Outros.
[*] Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.
e) Transações com Partes Relacionadas
O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

				Banco
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Disponibilidades	**840.686**	**-**	**1.402.413**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	770.425	-	1.342.685	-
Diversos	70.261	-	59.728	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**76.904.602**	**5.384.867**	**64.268.736**	**4.815.257**
Aymoré CFI [3] [14]	42.683.530	3.736.896	39.943.867	3.354.580
Banco Santander Espanha [1] [2]	4.111.489	91.907	6.583.716	136.021
Banco RCI Brasil S.A. [3]	4.314.399	218.661	2.880.143	136.666
Banco Bandepe [3]	10.051.166	176.234	1.984.778	67.961
Olé Consignado [3]	12.412.492	1.032.821	11.156.948	1.020.643
Diversos	3.331.526	128.348	1.719.284	99.386
Títulos e Valores Mobiliários	**375.377**	**21.140**	**354.237**	**856.776**
Santander Leasing [3]	375.377	21.140	354.237	856.776
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	**(1.004.057)**	**(1.508.913)**	**(196.540)**	**(347.686)**
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) [4]	(113.931)	(598)	266.027	(210.324)
Banco Santander Espanha [2]	(1.026.552)	(350.789)	(520.953)	(280.873)
Santander FI *Hedge* Strategies [3] (Nota 2)	255.838	882.378	558.195	806.192
Santander FI Diamantina [3]	(201.763)	(2.222.486)	(494.189)	(638.237)
Pessoal Chave da Administração	-	78	-	142
Diversos	82.351	182.504	(5.620)	(24.586)
Relações Interfinanceiras	**9.206.678**	**5.270**	**10.131.786**	**8.458**
Getnet S.A. (Nota 12) [3] [7]	9.198.824	2.107	10.118.599	4.268
Santander Leasing [3]	7.854	3.163	13.187	4.190
Operações de Crédito	**616.157**	**534**	**3.216**	**1.242**
Getnet S.A.	605.157	-	-	-
Cibrasec [5]	11.000	-	-	923
Pessoal Chave da Administração [12]	10.249	534	3.216	319
Dividendos e Bonificações a Receber	**280.500**	**-**	**251.091**	**652.482**
Aymoré CFI [3]	37.949	-	161.419	100.664
Santander CCVM [3]	-	-	-	293.383
Banco RCI Brasil S.A. [3]	25.091	-	24.842	29.226
Banco Bandepe [3]	-	-	-	192.613
Getnet S.A. [3]	67.518	-	52.948	-
Sancap Investimentos e Participações S.A. [3]	64.594	-	11.578	-
Olé Consignado	75.000	-	-	-
Diversos	10.347	-	304	36.596
Negociação e Intermediação de Valores	**504.782**	**17.463**	**191.740**	**347**
Abbey National Treasury [4]	-	-	87.260	157
Banco Santander Espanha [2]	504.782	17.463	104.480	190
Carteira de Câmbio - Liquida	**294.581**	**(282.055)**	**376.468**	**(186.846)**
Banco Santander Espanha[2]	294.581	(282.247)	376.045	(187.508)
Banco Santander México [4]	-	-	423	423
Pessoal Chave da Administração	-	192	-	239
Rendas a Receber	**884.878**	**2.222.220**	**926.771**	**2.007.727**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	826.100	1.990.539	880.920	1.782.762
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [8]	58.778	231.681	45.851	224.965
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**19.396**	**683.765**	**9.689**	**706.460**
Santander Capitalização S.A. [3]	-	-	-	9.387
Esfera Fidelidade S.A.	10.064	6.409	-	-
Banco Santander Espanha [2]	4.516	-	-	-
Santander FI *Hedge* Strategies [3] (Nota 2)	2.883	9.624	-	-
Aymoré CFI [3]	-	475.790	-	483.950
Santander CCVM [3]	-	59.221	-	60.851
Santander Brasil Consórcio [3]	-	19.771	225	14.297
Santander Corretora de Seguros [3]	-	32.615	-	33.762
Getnet S.A. [3] [7]	316	35.115	6.111	66.249
Diversos	1.617	45.220	3.353	37.964
Outros Créditos - Diversos	**307.201**	**379.433**	**47.756**	**354.087**
Banco Santander Espanha [2]	273.232	6.448	7.159	6.972
Santander Capitalização S.A. [3]	29.749	333.964	30.332	305.321
Banco Santander International [4]	-	35.294	-	30.789
Pessoal Chave da Administração	-	202	3.118	212
Diversos	4.220	3.525	7.147	10.793
Depósitos	**(12.220.825**	**(1.379.602)**	**(9.888.643)**	**(718.119)**
Santander Leasing [3]	(64.547)	(8.495)	(185.539)	(118.625)
Banco Santander Espanha [2]	(12.294)	-	(77.919)	(7.051)
Aymoré CFI [3]	(672.355)	(178.815)	(3.504.136)	(366.988)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	(199.934)	-	(234.249)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. [4]	(332.916)	(16.387)	(190.674)	(8.329)
Fundo de Investimento Santillana [4]	(20.571)	(67.821)	(1.151.399)	(102.349)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(404.427)	(27.595)	(427.209)	(26.378)
Santander FI *Hedge* Strategies [3] (Nota 2)	(745.350)	-	(1.789.627)	(58.185)
Getnet S.A. [3]	(196.757)	-	(1.720.075)	-
Santander FI Diamantina [3]	(8.920.327)	(1.039.080)	-	-
Pessoal Chave da Administração	(36.068)	(2.028)	(37.873)	(2.142)
Diversos	(615.279)	(39.381)	(569.943)	(28.072)
Operações Compromissadas	**(5.691.457)**	**(158.890)**	**(5.131.434)**	**(980.911)**
Santander FI Amazonas [3]	(131.317)	(15.580)	(204.422)	(12.612)
Santander Leasing [3]	(1.253.584)	(80.176)	(1.300.319)	(437.987)
Santander CCVM [3]	(97.488)	(5.001)	(41.740)	(1.546)
Santander FI SBAC [3]	(2.713.050)	(1.498)	(2.131.912)	(91.193)
Santander FI Guarujá [3]	(372.545)	(19.549)	(249.538)	(12.113)
Santander FI Diamantina [3]	(255.043)	(3.322)	(4.600)	(2.565)
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A [3]	-	-	(301.559)	(20.875)
Santander FI Unix [3]	(366.357)	(20.014)	(324.715)	(19.645)
Diversos	(502.073)	(13.731)	(571.791)	(382.247)
Pessoal Chave da Administração	-	(19)	(838)	(128)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**(89.074)**	**(5.701)**	**(96.133)**	**(6.437)**
Pessoal Chave da Administração	(89.074)	(5.701)	(96.133)	(6.437)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**(2.581.530)**	**-**	**(1.989.845)**	**-**
Banco Santander Río S.A. [4]	-	-	(259.220)	-
Santander Brasil EFC [3]	(2.581.530)	-	(1.730.625)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(6.886.828)**	**-**	**(3.928.017)**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	(1.067.623)	-	(609.159)	-
Sterrebeeck B.V. [2]	(3.629.772)	-	(2.071.055)	-
GES [2] [4]	(2.177.207)	-	(1.242.259)	-
Banco Madesant [4]	(1.948)	-	(1.112)	-
Pessoal Chave da Administração [11]	(10.278)	-	(4.432)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(127.148)**	**(945.626)**	**(33.180)**	**(829.591)**
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	(46)	(198.113)	(5.032)	(340.912)
Santander Corretora de Seguros [3]	(12.127)	(139.816)	(6.057)	(76.838)
Banco Santander Espanha [2]	-	(154.112)	(7.806)	(115.055)
Getnet S.A. [3]	(12.886)	(29.360)	(2.660)	(27.701)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(8.240)	(335.609)	(7.116)	(173.334)
Santander Leasing	(79.387)	-	-	-
Diversos	(14.462)	(88.616)	(4.509)	(95.751)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(10.175.961)**	**(1.394.973)**	**(9.782.372)**	**-**
Banco Santander Espanha [2] [6]	(10.175.961)	(1.394.973)	(9.782.372)	-
Dívida Subordinada	**-**	**-**	**(9.885.607)**	**(427.470)**
Banco Santander Espanha [2]	-	-	(9.885.607)	(427.470)
Despesas com Doações	**-**	**(16.100)**	**-**	**(15.935)**
Fundação Sudameris	-	(16.100)	-	(15.935)
Outras Obrigações - Diversas	**(3.926.496)**	**(1.793.932)**	**(408.100)**	**(1.244.366)**
TecBan [13]	-	(345.610)	-	(313.433)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	(251.625)	-	(298.494)
Getnet S.A. [3]	(3.573.943)	(721.143)	(33.321)	(332.945)
Pessoal Chave da Administração	(352.553)	(430.058)	(374.637)	(263.076)
Diversos	-	(45.496)	(142)	(36.418)
Garantias e Limites [13]	**5.010**	**24**	**36**	**-**
Pessoal Chave da Administração [12]	5.010	24	36	-

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades	**1.106.373**	**-**	**1.575.165**	**-**
Banco Santander Espanha [2]	1.089.578	-	1.515.437	-
Diversos	16.795	-	59.728	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**4.111.489**	**92.067**	**6.583.716**	**136.060**
Banco Santander Espanha [1] [2]	4.111.489	92.067	6.583.716	136.060
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	**(1.172.059)**	**(415.105)**	**(182.833)**	**(561.571)**
Santander FI Santillana Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior	(113.931)	(598)	266.027	(210.324)
Abbey National Treasury [4]	-	-	-	(17.726)
Banco Santander Espanha [2]	(1.058.128)	(414.585)	(448.860)	(333.663)
Pessoal Chave da Administração	-	78	-	142
Operações de Crédito	**11.284**	**552**	**3.216**	**1.242**
Cibrasec [5]	-	-	-	923
Pessoal Chave da Administração [12]	11.284	552	3.216	319
Negociação e Intermediação de Valores	**504.782**	**30.819**	**191.740**	**20.313**
Banco Santander Espanha [2]	504.782	30.819	104.480	20.156
Abbey National Treasury [4]	-	-	87.260	157
Carteira de Câmbio - Liquida	**294.581**	**(282.055)**	**376.468**	**(186.846)**
Banco Santander Espanha [2]	294.581	(282.247)	376.045	(187.508)
Banco Santander México [4]	-	-	423	423
Pessoal Chave da Administração	-	192	-	239
Dividendos e Bonificações a Receber	**20.367**	**-**	**14.548**	**-**
Webmotors S.A [10]	20.367	-	14.548	-
Rendas a Receber	**901.574**	**2.656.637**	**959.726**	**2.767.672**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	842.796	2.424.476	913.875	2.463.559
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. [8]	58.778	232.161	45.851	304.113
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**5.022**	**6.948**	**1.432**	**3.854**
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. [4]	169	4.021	-	-
Banco Santander Espanha [2]	4.516	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	812	927	2.558
Diversos	337	2.115	505	1.296
Outros Créditos - Diversos	**347.335**	**54.033**	**41.837**	**57.640**
Banco Santander Espanha [2]	347.335	6.311	38.719	6.950
Banco Santander International [4]	-	35.294	-	30.789
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	8.509	-	9.445
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	1.972	-	514
Pessoal Chave da Administração	-	343	3.118	355
Diversos	-	1.604	-	9.587
Depósitos	**(1.073.134)**	**(118.316)**	**(2.394.667)**	**(158.040)**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	(199.934)	-	(234.249)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	-	-	(215)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. [4]	(332.916)	(16.387)	(190.674)	(8.329)
Santander FI Santillana Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior	(20.571)	(67.821)	(1.151.399)	(102.349)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(404.427)	(27.595)	(427.209)	(26.378)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. [4]	-	-	(58.968)	(4.442)
Pessoal Chave da Administração	(36.104)	(2.028)	(37.889)	(2.142)
Diversos	(79.182)	(4.485)	(294.279)	(14.185)
Operações Compromissadas	**-**	**(19)**	**(838)**	**(707)**
Santander FI Santillana Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior	-	-	-	(579)
Pessoal Chave da Administração	-	(19)	(838)	(128)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**(89.074)**	**(5.701)**	**(96.133)**	**(6.437)**
Pessoal Chave da Administração	(89.074)	(5.701)	(96.133)	(6.437)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**-**	**(259.220)**	**-**
Banco Santander Río S.A. [4]	-	-	(259.220)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(6.886.828)**	**-**	**(3.928.017)**	**-**
Sterrebeeck B.V. [2]	(3.629.772)	-	(2.071.055)	-
GES [2] [4]	(2.177.207)	-	(1.242.259)	-
Banco Santander Espanha [2]	(1.067.623)	-	(609.159)	-
Banco Madesant [4]	(1.948)	-	(1.112)	-
Pessoal Chave da Administração [11]	(10.278)	-	(4.432)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(28.349)**	**(580.717)**	**(34.385)**	**(439.565)**
Banco Santander Espanha [2]	(21)	(154.110)	(7.990)	(114.892)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	-	-	(31.051)
Santander Brasil Asset [4]	(14.406)	(967)	(14.476)	(16.350)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	(5.066)	(49.241)	(4.291)	(45.831)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(8.240)	(336.303)	(7.116)	(175.466)
Diversos	(616)	(40.096)	(512)	(55.975)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	**(10.175.961)**	**(1.394.973)**	**(9.782.372)**	**-**
Banco Santander Espanha [2] [6]	(10.175.961)	(1.394.973)	(9.782.372)	-
Dívidas Subordinadas	**-**	**-**	**(9.885.607)**	**(427.470)**
Banco Santander Espanha [2] [6]	-	-	(9.885.607)	(427.470)
Despesas com Doações	**-**	**(19.915)**	**-**	**(21.125)**
Instituto Escola Brasil	-	(900)		(1.112)
Santander Cultural	-	(1.300)	-	(2.748)
Fundação Sudameris	-	(16.100)	-	(15.935)
Fundação Santander	-	(1.615)	-	(1.330)
Outras Obrigações - Diversas	**(379.980)**	**(891.298)**	**(403.287)**	**(691.028)**
Banco Santander Espanha [2]	(1.277)	(4.001)	(1.639)	(595)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) [3] [9]	-	-	-	(5.435)
Aquanima Brasil Ltda. [4]	-	(28.382)	-	(26.924)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	(21.219)	(23.303)	(16.924)	(19.593)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. [4]	-	(3.109)	-	(2.298)
TecBan [10]	-	(345.610)	-	(313.433)
Pessoal Chave da Administração	(357.249)	(485.674)	(384.724)	(292.464)
Diversos	(235)	(1.219)	-	(30.286)
Garantias e Limites [13]	**5.010**	**24**	**36**	**-**
Pessoal Chave da Administração [12]	5.010	24	36	-

[1] Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2020 e juros de até 1,53% a.a. (31/12/2018 - com vencimento em 2 de janeiro de 2019 e juros de até 2,38% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.
[2] Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
[3] Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.
[4] Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.
[5] Controlada em Conjunto - Banco Santander.
[6] Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.
[7] Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.
[8] Influência Significativa do Banco Santander Espanha.
[9] Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 36.f).
[10] Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros
[11] Do total de dividendos deliberados em 2019, R$13.553 destinam-se ao Pessoal Chave da Administração, restando pagar o montante provisionado.
[12] Em 31 de dezembro de 2018, o saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos. A partir de 2019, essa política foi alterada, ampliando a possibilidade de contratação de operações, antes vedadas.
[13] Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.
[14] Inclui R$800 milhões decorrentes de liquidação antecipada de captações para rebalanceamento de ativos e passivos.

26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Administração de Recursos	728.534	755.148	1.085.948	1.003.341
Serviços de Conta Corrente	3.797.412	3.348.557	3.857.051	3.360.170
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	985.138	1.062.770	1.379.261	1.407.860
Operações de Crédito	440.422	458.316	834.545	803.406
Rendas de Garantias Prestadas	544.716	604.454	544.716	604.454
Comissões de Seguros	2.447.766	2.312.679	3.118.280	2.797.517
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	4.172.242	3.706.869	6.118.419	5.771.517
Cobrança e Arrecadações	1.510.489	1.514.786	1.514.625	1.518.991
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	780.019	550.007	982.099	725.273
Outras	247.397	271.194	628.769	700.587
Total	**14.668.997**	**13.522.010**	**18.684.452**	**17.285.256**

27. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	3.978.454	4.034.284	4.438.158	4.502.333
Encargos	1.386.695	1.553.653	1.635.991	1.739.668
Benefícios	1.351.522	1.304.875	1.537.821	1.436.272
Treinamento	61.194	59.194	68.134	65.968
Outras	8.631	8.983	81.195	9.112
Total	**6.786.496**	**6.960.989**	**7.761.299**	**7.753.353**

28. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Depreciações e Amortizações	2.217.366	2.008.195	2.778.756	2.540.211
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.951.254	1.863.132	2.483.282	2.307.222
Comunicações	378.143	397.973	403.595	422.544
Processamento de Dados	2.392.249	2.257.980	2.404.599	2.286.887
Propaganda, Promoções e Publicidade	545.028	503.047	745.242	608.657
Aluguéis	777.648	709.224	801.130	730.324
Transportes e Viagens	147.679	136.928	190.886	170.484
Serviços do Sistema Financeiro	273.115	278.852	340.067	350.671
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	597.058	593.232	601.402	596.104
Manutenção e Conservação de Bens	247.935	233.651	264.100	238.974
Água, Energia e Gás	209.818	186.954	215.832	192.257
Material	46.143	63.976	53.828	67.058
Outras	534.573	394.730	860.011	634.000
Total	**10.318.009**	**9.627.874**	**12.142.730**	**11.145.393**

29. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa com Cofins [1]	2.137.264	1.691.686	2.823.612	2.292.279
Despesa com ISS [3]	530.378	634.839	972.042	843.862
Despesa com PIS [1]	343.250	245.665	476.113	370.906
Outras [2]	218.051	206.412	299.161	293.538
Total	**3.228.943**	**2.778.602**	**4.570.928**	**3.800.585**

[1] Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.
[2] Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.
[3] Inclui em 2019, pagamento de ISS efetuado pela Santander Leasing para o Município de São Paulo, referente a operações de arrendamento mercantil do período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017, no valor total de R$275.569.

30. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	506.529	416.072
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	35.306	110.962	35.306	110.962
Atualização de Depósitos Judiciais	501.067	554.851	582.282	674.458
Atualização de Impostos a Compensar	148.173	164.515	185.403	225.023
Recuperação de Encargos e Despesas	773.851	1.023.309	541.729	771.141
Variação Monetária Ativa	46.830	46.163	47.931	47.379
Outras [1]	2.782.862	1.583.230	3.294.784	1.934.055
Total	**4.288.089**	**3.483.030**	**5.193.964**	**4.179.090**

[1] Em 2018, inclui, principalmente, o efeito do aumento de contribuição de custeio estabelecida para fins de plano de benefícios pós emprego no montante de R$816.157 (nota 21 e 34).

31. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 22.c)	190.028	22.733	197.158	13.542
Trabalhistas (Nota 22.c)	1.082.166	497.297	1.137.392	503.565
Cíveis (Nota 22.c)	312.423	1.211.499	491.755	1.278.557
Despesas com Cartão de Crédito [3]	4.231.965	2.374.887	3.364.387	2.441.074
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	305.355	242.140	306.391	241.333
Despesas Judiciais e Custas	151.770	200.935	156.192	230.265
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	74.307	78.445	76.293	80.044
Corretagens e Emolumentos	82.645	71.513	83.095	65.328
Comissões	705.484	426.760	2.072.498	1.550.670
Avaliação do Valor Recuperável [2]	110.466	341.006	110.466	341.006
Outras [1] [4]	4.204.075	3.083.478	5.670.986	4.276.507
Total	**11.450.684**	**8.550.693**	**13.666.613**	**11.021.891**

[1] Em 2019 e 2018, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.
[2] Em 2019, inclui o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis no valor de R$106.092 (2018 - R$305.864), registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos (Nota 16).
[3] Representado, principalmente, por transações com cartão de crédito e programas de fidelidade.
[4] Em 2019, inclui o valor de R$700.000, referente a constituição do Fundo de Eficiência e Produtividade.

32. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado na alienação de Investimentos	-	(45)	6.257	13.256
Resultado na Alienação de Valores e Bens	60.002	87.408	69.058	57.618
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	46.292	114.680	(36.852)	114.834
Despesas com Bens não de Uso	(55.755)	(39.334)	(56.775)	(40.046)
Ganhos (Perdas) de Capital	(7.555)	(2.008)	(7.956)	(2.411)
Outras Receitas (Despesas)	59.604	44.394	34.747	49.808
Total	**102.588**	**205.095**	**8.479**	**193.059**

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**14.624.792**	**12.650.666**	**16.770.359**	**14.893.994**
Participações no Lucro [1]	(1.557.012)	(1.480.848)	(1.734.870)	(1.612.027)
Juros sobre o Capital Próprio [2]	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)
Resultado não Realizado	-	-	(62.160)	(913)
Resultado antes dos Impostos	**13.067.780**	**7.089.818**	**14.973.329**	**9.201.054**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (25% e 20%), Respectivamente [4]	**(5.227.112))**	**(3.190.418)**	**(5.989.332)**	**(4.140.474)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas [3]	1.089.766	881.009	17.746	8.510
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	222.881	374.960	243.909	387.657
Juros sobre o Capital Próprio	1.474.192	-	1.601.009	-
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	715.837	2.792.995	715.424	2.792.995
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	11.739	145.646	70.223	136.353
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL [4]	-	-	127.058	101.719
Demais Ajustes CSLL 5% [5]	2.646.305	(169.742)	2.700.000	(189.188)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	87.102	162.126	51.890	167.277
Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.020.710**	**996.576**	**(462.073)**	**(735.151)**

[1] A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
[2] A partir de janeiro 2019, nos termos da resolução CMN 4.706, os valores relativos à remuneração do capital declarados devem ser reconhecidos em contrapartida à conta adequada de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
[3] No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
[4] Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.
[5] Majoração da alíquota da CSLL, a partir de março de 2020, por tempo indeterminado (Nota 3.s).

***Hedge* Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC**

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do *Hedge* cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Em R$	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	1.512.322	6.673.535
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como *hedge* cambial	(2.776.601)	(12.540.855)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como *hedge* cambial - PIS/COFINS	(106.497)	255.481
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como *hedge* cambial - IR/CS	1.370.776	5.611.839

34. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício de 2019 foram de R$101.241 (2018 - R$81.396) no Banco e R$110.325 (2018 - R$89.959) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2019 foram de R$7.361 (2018 - R$1.431) no Banco e R$8.917 (2018 - R$1.597) no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco		
			31/12/2019
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(25.851.814)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.704.358	4.214	2.335.470
	(3.147.456)	**(676)**	**670.452**
Sendo:			
Superávit	732.637	-	670.453
Déficit	(3.880.092)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	452.234	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**280.403**	**-**	**2.643**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(3.880.092)**	**(676)**	**-**
Contribuições Efetuadas	40.558	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(250.710)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.874.112)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.310.736	284	535.865

	Banco		
			31/12/2018
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.132.844)	(4.248)	(1.433.319)
Valor Justo dos Ativos do Plano	20.147.508	4.455	1.927.672
	(1.985.336)	**207**	**494.353**
Sendo:			
Superávit	642.636	207	494.353
Déficit	(2.627.972)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	421.575	207	492.112
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**221.061**	**-**	**2.241**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(2.627.972)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	485.091	-	197
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(245.609)	(15)	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.914.503)	504	1.406
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.961.579	463	246.451

	Consolidado		
			31/12/2019
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(26.387.574)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.483.206	4.214	2.335.470
	(2.904.368)	**(676)**	**670.452**
Sendo:			
Superávit	1.022.516	-	670.453
Déficit	(3.926.884)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	678.737	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**343.779**	**-**	**2.643**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(3.926.884)**	**(676)**	**-**
Contribuições Efetuadas	41.212	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(250.880)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.897.130)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.467.344	284	535.865

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Conciliação dos Ativos e Passivos	Consolidado 31/12/2018 Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.575.641)	(4.248)	(1.433.319)
Valor Justo dos Ativos do Plano	20.776.863	4.455	1.927.672
	(1.798.778)	**207**	**494.353**
Sendo:			
Superávit	858.528	207	494.353
Déficit	(2.657.306)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	587.488	207	492.112
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	**271.040**	**-**	**2.241**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(2.657.306)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	485.921	-	197
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(243.948)	(15)	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.886.966)	504	1.406
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.998.607	463	246.451

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 31/12/2019 Banesprev	Santander Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(424.903)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2.320.215)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	1.074	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(2.744.044)**	**(790)**	**(233.980)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.140.858	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**2.140.858**	**(99)**	**365.480**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**7.745**	**226**	**(130.866)**

	Banco 31/12/2018 Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Experiência do Plano	(768.039)	(107)	(34.121)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(802.060)	(117)	(51.369)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1.570.099)**	**(224)**	**(85.490)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.282.101	59	79.462
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**1.282.101**	**59**	**79.462**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**74.727**	**180**	**6.312**

	Consolidado 31/12/2019 Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Experiência do Plano	(428.276)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2.398.517)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	1.228	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(2.825.565)**	**(790)**	**(233.980)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.259.580	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**2.259.580**	**(99)**	**365.480**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(33.788)**	**226**	**(130.866)**

	Consolidado 31/12/2018 Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev
Experiência do Plano	(769.489)	(107)	(34.121)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(819.689)	(117)	(51.369)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1.589.178)**	**(224)**	**(85.490)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.264.568	59	79.462
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**1.264.568**	**59**	**79.462**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**110.828**	**180**	**6.312**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019:

	Duração (em Anos) 31/12/2019	31/12/2018
Planos		
Banesprev		
Plano I	12,31	11,35
Plano II	12,83	11.73
Plano III	10,52	9,39
Plano IV	15,47	14,00
Plano V	9,53	8,87
Pré-75	10,38	9.62
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,67/6,03/7,33	6,37/5,79/6,79
Sanprev		
Plano I	6,81	6,47
Plano II	11,7	10,83
Plano III	10,59	9,66
Bandeprev		
Plano Básico	10,48	9,57
Plano Especial I	7,04	6,70
Plano Especial II	6,77	6,52
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,78	7,30

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsidio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

Conciliação dos Ativos e Passivos	Banco 31/12/2019 Cabesp	Demais Planos	Consolidado 31/12/2019 Cabesp	Demais Planos
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.222.673)	(815.929)	(5.435.878)	(815.929)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.017.679	-	5.222.516	-
	(204.994)	**(815.929)**	**(213.362)**	**(815.929)**
Sendo:				
Superávit	-	-	-	-
Déficit	(204.994)	(815.929)	(213.362)	(815.929)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**(204.994)**	**(815.929)**	**(213.362)**	**(815.929)**
Contribuições Efetuadas	104.684	39.381	106.972	39.381
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(8.699)	(86.262)	(9.523)	(86.262)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.150.027)	(250.693)	(1.128.152)	(250.694)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.257.639	-	1.297.618	-

	Banco 31/12/2018 Cabesp	Demais Planos	Consolidado 31/12/2018 Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.916.073)	(700.347)	(4.088.724)	(700.347)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.981.705	-	4.157.250	-
	65.632	**(700.347)**	**68.526**	**(700.347)**
Sendo:				
Superávit	65.632	-	68.526	-
Déficit	-	(700.347)	-	(700.347)
Valor não Reconhecido como Ativo	(65.632)	**-**	(68.526)	**-**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	**-**	**(700.347)**	**-**	**(700.347)**
Contribuições Efetuadas	70.977	35.655	72.548	35.655
Receitas (Despesas) Reconhecidas	767.400	(66.297)	785.085	(66.297)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(827.174)	(181.993)	(839.216)	(181.993)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	558.673	-	577.483	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 31/12/2019 Cabesp	Demais Planos	31/12/2018 Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(271.104)	59.806	(167.812)	91.588
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(990.138)	(128.508)	(304.427)	(59.742)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1.261.242)**	**(68.702)**	**(472.239)**	**31.846**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	891.593	-	282.012	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**891.593**	**-**	**282.012**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**68.671**	**-**	**(50.792)**	**-**

	Consolidado 31/12/2019 Cabesp	Demais Planos	31/12/2018 Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(268.982)	59.806	(171.398)	91.588
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.029.154)	(128.508)	(317.208)	(59.742)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1.298.136)**	**(68.702)**	**(488.606)**	**31.846**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	915.626	-	307.048	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**915.626**	**-**	**307.048**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**71.698**	**-**	**(52.604)**	**-**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019:

	Duração (em Anos) 31/12/2019	31/12/2018
Planos		
Cabesp	15,45	14,16
Bandepe	16,48	14,73
Clínica Grátis	11,91	11,04
Diretores Vitalícios	9,17	8,63
Diretores Saúde	27,53	-
Circulares [1]	12,15 e 11,93	11,72/10,68
Seguro de Vida	8,39	7,82

[1] A duração 12,15 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2018 - 11,72) e 11,63 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2018 - 10,68).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	Banco/Consolidado 31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	4,8%
Instrumentos de Dívida	92,9%	94,6%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	6,8%	0,3%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2019:

	Banco/Consolidado 31/12/2019 Aposentadoria	Saúde	31/12/2018 Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	7,1%	7,2%	9,1%	9,3%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	7,1%	7,2%	9,1%	9,3%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,5%	3,5%	4,0%	4,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	4,0%	4,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

[1] Banesprev II, V e Pré 75;
[2] Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2019, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado 31/12/2019 Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	31/12/2018 Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(31.672)	(440.072)	(29.066)	(307.980)
(-)0,5%	35.572	494.257	32.403	343.340
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(51.720)	(718.632)	(45.937)	(486.742)
Aplicada (-) 2 anos	56.687	787.636	49.355	522.958
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	38.388	533.380	35.949	380.906
(-)0,5%	(35.060)	(487.146)	(32.100)	(340.122)

f) Remuneração Baseada em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programas de ILP Local e Global

Abaixo estão os programas de remuneração de longo prazo e suas características.

Programa	Plano	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
Local	Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High [1]	Dinheiro	Abr/2017 a Dez/19	Em Março/2020 e Março/2021
Global	Longo Prazo Global - ILP CRDIV - Outorga 2015 [2] [3]	Ações do Santander Espanha	2015 a 2016	Em Março/2019 e Março/2020
Local	ILP Tecnologia	Ações Banco Santander Brasil	Jul/2019 a Jun/2022	Em Julho/2022
Local	ILP PI Investimentos	Ações Banco Santander Brasil	Jan/2019 a Dez/2021	Em Março/2022 e Março/2023
Local	ILP Ben'	Ações Banco Santander Brasil	Jan/2019 a Dez/2021	Em Março/2022 e Março/2023

[1] Objetiva o crescimento e lucratividade do negócio de Private e o reconhecimento da contribuição do Participante.
[2] Sujeito à consecução do indicador de performance RTA do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais.
[3] Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha. O tipo de liquidação do programa global, outorga /2015 foi alterado em abril de 2019, de ações do grupo Santander Global, para dinheiro.

a) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos Vigentes

i. Private Ultra High

Cada participante tem um valor referência definido em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o percentual de atingimento será aplicado sobre o valor de referência, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Fase 1 (Valor de Referência)	Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)
	BAI 50%
BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto do Segmento *Private Ultra High*) de 2017	MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Liquida do Segmento *Private Ultra High*) AUM - 25% (Indicador *Assets Under Management* (Ativos sobre Gestão) do Segmento Private Ultra High)

Em dezembro de 2018, ocorreu a reversão da provisão registrada referente ao plano de incentivo a longo prazo local - *Private Ultra High* devido a probabilidade do não cumprimento da condição de aquisição relacionada a meta de desempenho. A Administração acompanhará o parâmetro de performance do plano até dezembro de 2019. O valor da despesa com a provisão referente a este plano registrada em 2017 era de R$2.935.

ii. Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Fase 1	Fase 2
RTA versus Concorrentes	RTA versus Concorrentes
ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento	ROTE Banco versus Orçamento
	Satisfação dos Funcionários
	Satisfação dos Clientes
	Vinculação de Empresas versus Orçamento

Finalizado o período de aferição dos indicadores em 2018, o atingimento da Fase 1 foi de 91,5% e da Fase 2 foi de 73,09%, resultando no atingimento final do plano de 66,88%.

Cada executivo teve um valor referência definido em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R$45,49, que serão entregues em 2019. Devido à ampliação de capital do Grupo (2017) em Julho/2017, a quantidade de ações definida para cada participante foi incrementada em 25.521 ações (aproximadamente 1,5%).

O pagamento correspondente às ações SAN foi realizado em dinheiro em março de 2019 aos participantes do "Grupo Estendido" (sem "*lock-up*" - sem restrição de alienação) e para os participantes do Coletivo Identificado será realizado em março de 2020, após o período de restrição de 1 ano.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Ações entregues - Mar/2019 (sem Lockup) [1]	(138.815)	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Ações canceladas (Outorga 2015)	(580.320)	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2019	**1.055.914**				

[1] O pagamento correspondente às ações resultantes foi realizado em dinheiro.

iii. ILP Tecnologia

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Julho/2019 onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Cada executivo teve um valor de referência definido em Reais, que foi convertido para ações do Santander Brasil (SANB11) pela cotação de R$44,66, que serão entregues em julho de 2022, com restrição de 1 ano.

O pagamento está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus*/*Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
ILP Tecnologia	123.158	2019	Executivos	jul/2019	jun/2022
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2019	**123.158**				

Em 2019, não houve ações entregues ou canceladas no plano.

iv. ILP Pi Investimentos

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus*/*Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores 2020	Indicadores 2021
Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal	Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal
Carteira (AuM) - volume distribuído inclusive saldo em conta	Carteira (AUM) - volume distribuído inclusive saldo em conta
Receita 2020	Receita 2021
	BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto)

v. ILP Ben

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus*/*Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores	
Quantidade de Clientes PJ	Quantidade de Clientes PF
Quantidade de Estabelecimentos Credenciados	Faturamento
BAI	

b) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Plano	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	Consolidado 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Longo Prazo Global - ILP CRDIV - Outorga 2014 e 2015	-	5.624	-	5.726

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	Consolidado 01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	93.756	49.704	98.441	50.896
Coletivo Não Identificado	Funcionários de nível gerencial e funcionários que são beneficiados pelo Plano de Diferimento	100% em dinheiro indexado a 100% do CDI	99.395	72.601	104.068	74.871

Para o exercício 2019, considerando o papel de liderança e impacto na construção do Banco que queremos ser, a forma de pagamento da remuneração variável do Coletivo Não Identificado e determinados funcionários foi alterada, passando a incluir ações na parcela diferida.

35. Investimentos Temporários

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. O Banco tem a intenção de vender essa participação no curto prazo. Dessa forma, o ativo foi reconhecido ao custo de aquisição, registrado nesta rubrica, no valor de R$42.245.

36. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, dissemina a Cultura Risk Pro, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são base para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva do crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.)

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. Nosso modelo de governança é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, politicas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei *SarbanesOxley* - SOX (*Security Exchange Comission*).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturamento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RIA (Risk Identification & Assessment) sejam cumpridos;

Continua...

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
• Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN" em "Governança Corporativa" e "Gerenciamento de Riscos" na página https://www.ri.santander.com.br/

37. Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições suspensivas usuais nesse tipo de transação.

b) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual"), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. ("Return Capital") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.

c) Incorporação de parcela cindida da Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integry Tecnologia e Serviços AHU Ltda. ("Integry"), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A ("Getnet"), com versão da parcela cindida de seu patrimônio, referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. ("SMPS Global"), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Integry, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integry. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integry teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

d) Transferência de controle do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. e da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária detida no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Olé") e na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Super") para o Banco Santander. Em 23 de dezembro de 2019 foram cumpridas as condições necessárias para conclusão da operação, quais sejam: (i) homologação do Banco Central do Brasil; e (ii) término do prazo de oposição de credores, nos termos do art. 174 da Lei n° 6.404/76, de forma que Olé e Super passaram a ser diretamente controladas pelo Banco Santander.

e) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer.

f) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A.

g) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

Em 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade S.A., com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade S.A. atua no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

h) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"), mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors S.A.. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R$23.900 mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors S.A..

i) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

Em 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios e Serviços S.A. ("Ben"), com participação totalmente detida pelo Banco Santander para atuar no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. A Ben iniciou suas atividades no segundo trimestre de 2019.

j) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. ("HDI Seguros"), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto S.A., detida 50% pela Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Sancap"), sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo BACEN em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da SUSEP. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A. Em 9 de janeiro de 2019, a SUSEP concedeu para a Santander Auto S.A. a autorização para operar seguros de danos em território nacional. A Santander Auto S.A. iniciou suas atividades em agosto de 2019.

k) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ('GIC"), cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. A GIC atua como banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. A GIC iniciou suas atividades no segundo semestre de 2019.

l) Constituição de Parceria com Hyundai Capital Services, Inc.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. ("Hyundai Capital") os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.

l.i) Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. ("Banco Hyundai"). Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai.

Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo BACEN para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai iniciou suas operações em abril de 2019.

l.ii) Hyundai Corretora de Seguros Ltda.

Em 30 de abril de 2019, o BACEN autorizou o Banco Santander a deter participação indireta em sociedade a ser constituída sob a denominação Hyundai Corretora de Seguros Ltda. ("Hyundai Corretora"). A Hyundai Corretora foi constituída em 22 de julho de 2019. Em 10 de setembro de 2019 a Hyundai Corretora obteve o registro da sociedade como corretora de seguros junto à SUSEP. A Hyundai Corretora iniciou suas operações em novembro de 2019.

m) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., uma subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo BACEN em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo BACEN em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

38. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$ 41.660.754 (31/12/2018 - R$40.396.524) no Banco e R$ 41.660.772 (31/12/2018 - R$40.761.287) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R$ 2.034.999 (31/12/2018 - R$1.896.689) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R$ 230.199.261 (31/12/2018 - R$200.366.262) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019, na modalidade incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R$1.829.578 (31/12/2018 - R$1.779.131) no Banco e R$1.821.864 (31/12/2018 - R$1.786.863) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura de R$392.189 (31/12/2018 - R$496.125) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019, existem outras apólices vigentes relacionadas a outros ativos no valor de R$7.623.279 (2018 - R$7.615.565).

d) Entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Até 1 Ano	651.207	670.553
Entre 1 a 5 Anos	1.492.289	1.435.970
Mais de 5 Anos	147.125	167.868
Total	**2.290.621**	**2.274.391**

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$918 (31/12/2018 - R$674) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício de 2019, foram no valor de R$700.958 (2018 - R$683.011).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia e parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia e parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Sérgio Agapito Lires Rial

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Angel Santodomingo Martell

DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tornao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

DIRETOR EXECUTIVO

José Roberto Machado Filho

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Franco Luigi Fasoli
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC Nº 1SP 265213/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela exclusão dos PAAs sobre Planos de benefício pós emprego e Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(i) e 8)	
A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Provisões para passivos contigentes (Notas 3(q) e 22) O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(f), 3(g), 3(h) e 6) A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo mantém-se como área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que esses instrumentos depende de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos com base em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo são substancialmente compostos por contratos de derivativos e aplicações em determinados títulos públicos e privados.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos. Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado. Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes.
Ambiente de tecnologia da informação (Nota 36(d)) O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinamos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determ

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 03 de maio de 2019. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores internos e independentes e especialistas, conduzindo análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões regulares com representantes do Banco Central do Brasil e, com outros reguladores, em bases regulares.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a Coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2019.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BRGAAP e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado do segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 da Companhia e do Conglomerado Prudencial, de acordo com o BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das Reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de Compliance e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998 e 4.557/2017, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros profissionais da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2019, além de verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas onde os controles foram considerados como "A melhorar". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2019. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2019 e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA´s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê de Auditoria também tomou conhecimento dos novos relatórios do auditor independente com foco na diferenciação dos temas CAMs (Critical Audit Matters) e KAMs (Key Audit Matters) e, ainda, se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2019, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento à demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta e atendimento de clientes, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; e (vi) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados** e **conferem transparência** e **qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do segundo semestre de 2019, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 28 de janeiro de 2020.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas - Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira
Julio Sergio de Souza Cardozo